

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90069/2026
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001943/2026 - SEMADS

DO OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEMADS).

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 406.436,22
(quatrocentos e seis mil quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e dois centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:
MENOR PREÇO POR ITENS.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 19/06/2026.

HORA INICIAL: 09:00h (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA (DISPUTA): 03/07/2026.

HORA INICIAL: 09:30h (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).

DEMAIS INFORMAÇÕES:

E-mail: pregao.pmbv@gmail.com

CONTATO TELEFÔNICO: (95) 98410-6664

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



PREÂMBULO:

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, torna pública a realização da licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS**, cujo critério de julgamento das propostas será: **MENOR PREÇO por ITENS**, a ser realizada as **09:30 horas** (Horário de Brasília - DF), no dia **03/07/2026**, regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar nº 123/2006**, pelo **Decreto Municipal nº 083E/2025**, **Decreto Municipal SRP 093E/2025**, pelo **Decreto Municipal nº 014E/2026**, pela **IN SEGES/ME nº 73/2022** (quando a licitação envolver recursos federais oriundos de transferências voluntárias), e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

ESTA LICITAÇÃO SERÁ DESTINADA EXCLUSIVAMENTE ÀS MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, CONFORME DISPOSTO NO ART. 48, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, TENDO EM VISTA QUE O VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO É INFERIOR A R\$ 80.000,00(OITENTA MIL), LIMITE ESTABELECIDO NA REFERIDA LEI.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases;

1.2. A licitação será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) do Município de Boa Vista/RR, o(a) Sr(a) **JOSÉ CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO**, designado pelo **Decreto n.º 0389/P-2026**, publicado no **DOM Nº 6573 de 10/04/2026**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos, por meio de Sistema Eletrônico: **www.gov.br/compras**.

2. DO OBJETO:

2.1 O Objeto da presente licitação é **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEMADS)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e seus anexos;

2.2 A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. ÁREA SOLICITANTE:

3.1. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SEMADS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

4.1. Cópia deste instrumento convocatório estará disponível nos sítios eletrônicos: **www.gov.br/compras**; **http://transparencia.boavista.rr.gov.br/licitacoes**; e **www.gov.br/pncp**;

4.1.1. Os licitantes e demais interessados deverão acompanhar o andamento da licitação e as devidas publicações nos sítios eletrônicos: **www.gov.br/compras** e **www.gov.br/pncp**; no Diário Oficial da União (DOU); no Diário Oficial do Município de Boa Vista (DOM); e no Jornal Folha de Boa Vista **https://www.folhabv.com.br**; quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

4.2. Qualquer pessoa é parte legítima para IMPUGNAR este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar ESCLARECIMENTO sobre seus termos, devendo **protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, conforme o art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, de forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico: **pregao.pmbv@gmail.com**;

4.2.1. A inobservância do prazo legal citado no **subitem 4.2** decairá o direito de impugnação e do pedido de esclarecimentos aos termos deste edital.

4.3 O agente de contratação ou a comissão de contratação responderá as solicitações de esclarecimentos e impugnações aos editais até o último dia útil anterior à data prevista da abertura do certame;

4.3.1 As **respostas das solicitações de esclarecimentos e impugnações** serão **divulgadas** no sistema eletrônico que operacionaliza o certame licitatório, podendo ser consultadas nos sítios eletrônicos oficiais **www.gov.br/compras** e/ou **www.gov.br/pncp**.

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não suspendem os prazos** previstos no certame;

4.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.5. Quando o pedido de impugnação ou de esclarecimento se tratar especificamente de temas alheios a competência do(a) Pregoeiro(a), ou seja, temas quanto as especificações técnicas ou vinculados ao **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), este poderá encaminhar o referido pedido à Secretaria Demandante para que o mesmo se pronuncie acerca do questionamento, devendo respondê-lo no prazo preestabelecido. Caso não o faça, o certame será suspenso **Sine-Die**, até que os questionamentos sejam sanados;

4.6. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

4.7. O Município não se responsabilizará pelas impugnações e pedidos de esclarecimentos que forem apresentados em endereços diversos dos indicados no **subitem 4.2** deste Edital, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal;

4.8. A contagem do **prazo de até 3 (três) dias úteis** antes da data prevista de abertura do certame será realizada conforme o art. 183 da Lei Federal 14133/2021 e art. 56 do Decreto Municipal 083/E de 11 de agosto de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

5.1. Poderão participar desta licitação: Pessoa jurídica; Profissionais organizados sob a forma de Cooperativa, nos termos do artigo 16, da Lei nº 14.133/2021; Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações; cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras);

5.1.1. Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

5.1.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

5.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

5.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

5.1.5. A não observância do disposto no **subitem 5.1.4** poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

5.1.6. Será concedido tratamento favorecido e diferenciado para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015;

5.1.7. Será concedido tratamento diferenciado e favorecido para as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP, conforme as disposições constantes na Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, desde que observado:

- a) se o valor estimado da licitação não ultrapassa a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte- EPP (art.4º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021);
- b) se as Empresas de Pequeno Porte - EPP, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte-EPP (art.4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

5.1.7.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nas **alíneas “a” e “b”, do item 5.1.7.**

5.2. Não poderá participar da presente licitação empresa:

- a)** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do artigo 9º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- j) **Pessoas jurídicas reunidas em consórcio**, conforme justificativa no **subitem 10.1.6.1 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), fulcrada no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021;
- k) Que se declarar ME/EPP e estiver incluída em alguma das hipóteses previstas no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações;
- l) **Pessoa(s) Física(s)**, conforme justificativa apresentada no **subitem 10.1.1.2 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);
- m) Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- n) empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

5.2.1. O impedimento de que trata a **alínea “d”** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

5.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as **alíneas “b” e “c”** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

5.2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

5.2.4. O disposto nas **alíneas “b” e “c”** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

5.2.5. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

5.2.6. A vedação de que trata a **alínea “h”** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.3. A observância das vedações constantes no **item 5.2**, suas alíneas e subitens é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

6.1.1 - Após a divulgação do edital nos meios eletrônicos, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta **com o preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de ocorrência impeditiva;

6.2.3. cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

6.2.4. está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

6.2.5. observa os incisos III e IV, do artigo 1º e cumpre o disposto no inciso III, do artigo 5º, todos da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano e degradante;

6.2.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

6.2.7. cumpre a reserva de cargos prevista em Lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

6.3. O licitante organizado em **cooperativa** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.4. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte** ou **sociedade cooperativa** deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apto a usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como de que não possui contratos com a Administração Pública cujo os valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.4.1. nos **itens exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2. nos **itens em que a participação não for exclusiva** para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

6.6 - A falsidade da declaração de que tratam os **itens 6.2 e 6.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital;

6.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

6.12. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.12.1. Valor total do **GRUPO/ITEM**;

6.12.2. Marca e Modelo, conforme **subitem 6.3.4 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

6.12.3. Descrição detalhada do objeto.

6.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.13.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo **inferior** ao máximo previsto para contratação.

6.14. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

6.15. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.16. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

6.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.18. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

6.17.1. O prazo de validade da proposta será de no **mínimo 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação (art. 90, §3º, e art. 155, VI, da Lei nº 14.133/2021);

6.17.2. A proposta que não apresentar o prazo de validade, será considerada válida por no **mínimo 90 (noventa) dias**;

6.17.3. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.17.3.1. Considerando que o critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital;

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data e horário definidos no edital para abertura da sessão pública;

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes;

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do ITEM**;

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.8. A proposta e os lances deverão referir-se à integralidade do **ITEM**, **además, o GRUPO não deverá possuir itens com valores superiores ao estimado**;

7.8.1. Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais;

7.8.2. Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, caso apresentado.

7.9. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

7.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo);

7.11. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, **no intervalo de quinze segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

7.12. O procedimento seguirá o modo de disputa **ABERTO**;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

7.12.1. Por se tratar de **modo de disputa aberto**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública;

7.12.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o **subitem anterior**, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.12.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida **nos itens anteriores**, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

7.12.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o Pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da **disputa aberta**, para a definição das demais colocações;

7.12.1.5. Após o reinício previsto no **item supra**, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores;

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

7.16. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo **superior a dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

7.19. Em relação aos **ITENS não exclusivos** para participação de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015;

7.19.1. Nessas condições, as propostas de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

7.19.2. A mais bem classificada nos termos do **subitem anterior** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

7.19.3. Caso a Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado **sorteio** entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.19.5. A obtenção do benefício a que se refere o **subitem 7.19.4** fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances);

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado de Roraima;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20.3. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em Lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por **sorteio**, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, nos termos do § 2º do artigo 28 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá **negociar** condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



7.21.1. Os preços registrados deverão ser únicos para cada item, não sendo admitidas variações em razão de local de entrega, forma de acondicionamento, tamanho de lote ou quaisquer outras condições que comprometam a uniformidade dos preços registrados, conforme consta no **subitem 13.3 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

7.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

7.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

7.21.5. O (a) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie, por meio do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, e, se necessário, os documentos complementares;

7.21.5.1. **É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, por igual período previsto no item 7.21.5 do Edital.**

7.21.6. Na proposta reformulada deverá constar a mesma marca da proposta eletrônica inicialmente apresentada, sob pena de desclassificação.

7.21.6.1. Em caso de divergência entre a marca informada pelo licitante no sistema eletrônico e aquela constante da proposta reformulada encaminhada após a fase de lances, prevalecerá, para fins de análise e julgamento da proposta, a marca indicada na proposta reformulada, desde que mantidas as condições ofertadas e observadas as especificações exigidas no edital.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14, da Lei nº 14.133/2021, demais legislações correlatas, e no **item 5.2, subitens e alíneas deste Edital**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros, nos termos do artigo 91, §4º, da Lei nº 14.133/2021:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante;

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



8.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput);

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido e diferenciado às ME/EPP, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 5.1.7 e 6.4** deste edital;

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

8.6. Será **desclassificada** a proposta vencedora que, nos termos do artigo 59, da Lei nº 14.1333/2021:

a) conter vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

8.8. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada;

8.8. O (a) Pregoeiro (a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada;

8.9. A inexecuibilidade só será considerada após diligência do (a) Pregoeiro (a), que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de **bens e serviços em geral**, além das disposições contidas no **item 8.9 e alíneas**, é indício de inexecuibilidade das propostas valores **inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado** pela Administração;

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Quando houver necessidade, o (a)Pregoeiro(a) encaminhará a proposta adequada ao último lance ofertado na etapa de negociação pela arrematante e a planilha de composição de preços e demais solicitadas neste edital, à **Secretaria Municipal demandante, para análise e parecer quanto à disposição dos preços e custos apresentados**, considerando o atendimento das especificações do objeto, que determinará a aceitabilidade ou a recusa das mesmas, devidamente fundamentada;

8.14. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes;

8.15. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o **(a) Pregoeiro (a)**, verificará a documentação de **habilitação** do licitante conforme disposições neste edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.1 – Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas pelo licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, devendo ser apresentada pelo licitante, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Compras.Gov, no prazo e no campo específicos estabelecidos neste edital, sob pena de inabilitação. (art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021);

9.2 - Serão exigidos para fins de habilitação, os documentos previstos no **item 10, subitens, alíneas e incisos do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021;

9.2.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.2.1.1 - Para fins de habilitação, caso seja necessária a complementação e atualização de documentos disponíveis no SICAF, será concedido ao licitante o prazo de até 2 (duas) horas, contado da solicitação realizada pelo Agente de Contratação, para apresentação da documentação requerida.

9.2.1.1.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada pelo licitante e desde que aceita pelo Agente de Contratação,

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

observados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.3 – Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.3.1 - Na análise dos documentos de habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.4 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e as demais exigidas neste edital e anexos, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, sob pena de inabilitação (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

9.5 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

9.5.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º);

9.5.2 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput);

9.5.3 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, quando esse fizer composição dos documentos de habilitação, conforme **subitem 9.2.1.1**. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único);

9.5.4 - A verificação **pelo(a) pregoeiro(a)**, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 2 (duas) horas**, a contar da convocação do(a) pregoeiro(a);

9.6.1 - É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, por igual período previsto no item 9.6 do Edital.

9.6.1.1 - O não cumprimento do prazo estabelecido para a entrega da documentação, ou a apresentação de documentação incompleta ou irregular, implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo de outras sanções previstas neste edital e na legislação aplicável.

9.7 - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor. Ainda, os registros cadastrais oficiais, como o SICAF, poderão ser utilizados como fonte de consulta subsidiária, exclusivamente para verificar informações complementares às apresentadas pelo licitante, desde que haja manifestação expressa do mesmo nesse sentido;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

9.7.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.8 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, **o(a) pregoeiro(a)** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 9.6**;

9.9 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata **o subitem anterior**;

9.10 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas - ME e das empresas de Pequeno Porte - EPP somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006);

9.10.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.10.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.10.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 9.10.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.11 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, observando-se ainda o seguinte:

a) se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **matriz**, ou;

b) se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **filial**, **exceto** quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para **matriz** e **filiais**, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos **centralizado**, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a **centralização**, ou;

c) se o licitante for à **matriz** e o **executor do objeto** for à **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for à **filial** e o **executor do objeto** for a **matriz**, observando-se o disposto na **alínea “a” deste item**, quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

d) serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

9.12 – Quando houver necessidade, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará os documentos de habilitação à **Secretaria demandante**, para análise e parecer das exigências técnicas dispostas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

9.12.1 - Após a manifestação da Secretaria demandante, o(a) Pregoeiro(a) fará a conferência das demais documentações e procederá com o julgamento da fase habilitatória.

9.13 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

9.14 - Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital).

10. DOS RECURSOS:

10.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 caberá a interposição de **recurso**, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou da lavratura da ata, em face de (artigo 165, da Lei nº 14.133/2021):

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

10.1.1. Caberá o **pedido de reconsideração**, no prazo de **03(três) dias úteis**, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.2. Quando o recurso apresentado impugnar o **julgamento das propostas** ou o **ato de habilitação ou inabilitação** do licitante, serão observadas as seguintes disposições:

10.2.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **até 10 (dez minutos)**, de forma imediata, após o término do **julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação**, em campo próprio do sistema, **manifestar sua intenção de recorrer**, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

10.2.2. As **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de **habilitação ou inabilitação**;

10.2.3. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas **contrarrazões**, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso;

10.4. O recurso de que trata o **subitem 10.1 e alíneas** deste edital será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a **autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

10.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, o qual deverá solicitar os respectivos por meio do endereço eletrônico: **pregao.pmbv@gmail.com;**

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados;

10.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do artigo 168 da Lei nº 14.133/2021;

10.8. Da aplicação das sanções previstas no **item 18.2** deste edital caberá recurso, conforme disposto nos **subitens 18.12 e 18.13.**

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo de compras e contratações será encaminhado para a Secretaria Municipal de Controle e Transparência – SMCT, ou seja, o órgão de Controle Interno da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, como terceira linha de defesa de que trata o inciso III do art. 169 da Lei Federal n. 14.133/2021, para análise técnica dos procedimentos licitatórios realizados, considerando o artigo 72 do Decreto Municipal nº 083/E 2025, no que tange:

11.1.1 A análise técnica, de que trata o subitem anterior, será dispensada quando a contratação, oriunda de procedimento licitatório, inexigibilidade ou dispensa de licitação, não ultrapassar o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

11.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12. DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, conforme estabelecido no **subitem 13.5.1 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis;

12.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis;

12.3. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do **item 12.2** deste edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação;

12.4.1. A regra do **item 12.4** não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea “a”, do **item 12.3**.

12.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de **rescisão contratual**, observados os mesmos critérios estabelecidos nos **subitens 12.2 e 12.3**;

12.6. Não será admitida a **subcontratação** do objeto contratual, conforme justificativa constante no **subitem 6.1 e subitens do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

12.7. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação. (art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);

12.8. As regras aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, no âmbito do presente certame, estão disciplinadas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta da Ata de Registro de Preços** (Anexo III deste Edital), em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 093/E, de 26 de agosto de 2025.

12.8.1. A gestão, a formalização e a utilização da Ata de Registro de Preços observarão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis;

12.8.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com fundamento na legislação federal, municipal e demais instrumentos normativos pertinentes, aplicando-se subsidiariamente as regras gerais de licitações e contratos administrativos.

13. DA GARANTIA DO CONTRATO:

13.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes no **subitem 6.2 e subitens do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital).

14. DA EXECUÇÃO DO OBJETO / GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

14.1. A execução, gestão e fiscalização do objeto será conforme apresentado nos **itens 7 e 8 e seus respectivos subitens e alíneas do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



14.2. Além das previstas neste edital deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 140 da Lei 14.133/2021, no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital);

14.3. As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades, conforme regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

15. DO PAGAMENTO:

15.1 – O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado conforme as formas, condições e prazos estabelecidos nos **subitens 9.1 e 9.2, subitens, alíneas e incisos do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

15.2 - Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

16. DO REAJUSTE:

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado **da data do orçamento estimado em 24/02/2026**, conforme mencionado no **subitem 9.3.1 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

16.2. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, se houver solicitação ou ressalva ao direito de reajuste pelo contratado, até antes da celebração do aditamento de vigência, sendo considerado o silêncio como renúncia ou preclusão lógica;

16.3. Em caso de solicitação de reajuste pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

16.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

16.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

16.6. O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria Geral do Município;

16.7. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

17. DA GARANTIA DO OBJETO:

17.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, **ou pelo prazo fornecido pelo fabricante**, se superior, contado a partir do primeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, conforme consta no **subitem 7.7.1 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital);

17.2. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pela prática das infrações dispostas no artigo 155, e incisos, da Lei nº 14.133/2021;

18.2. Serão aplicadas, ao(s) responsável(eis) pelas infrações administrativas, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, observados os dispositivos contantes no §1º, do artigo 156, da Lei nº 14.133/2021, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração;

18.4. Na aplicação das sanções serão observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.5. A sanção de multa, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, da Lei nº 14.133/2021;

18.5.1. No caso de infrações cometidas na fase licitatória, para aplicação da sanção de multa serão observados os percentuais definidos no **item 18.5** e na Lei nº 14.133/2021, levando em consideração o princípio da razoabilidade;

18.5.2. Nos demais casos, para a aplicação de sanção de multa, serão observados os percentuais estabelecidos pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, discriminadas no **subitem 8.3.5 e alíneas do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), bem como a regra estabelecida no **item 18.5** e o princípio da razoabilidade.

18.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

18.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

18.8. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa discriminada no inciso I, do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

18.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **Município de Boa Vista/RR**, pelo **prazo máximo de 3 (três) anos**;

18.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do **caput**, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**;

18.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

18.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

18.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

18.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

18.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

18.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

18.17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

18.18. No caso de aplicação de sanção de impedimento de contratar ou de declaração de inidoneidade enquanto ainda em curso prazo decorrente de sanção anteriormente imposta importará no somatório dos períodos, não sendo admitido qualquer tipo de compensação ou redução, exceto nos casos de reabilitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.19. Será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente, com o disposto nos incisos I ao V, do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021;

18.20. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável;

18.21. Compete à Secretaria Municipal de Licitações e Compras – SMLIC a instauração e condução de processo administrativo destinado à apuração de infrações eventualmente cometidas pelos licitantes durante a fase de licitação, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com observância dos procedimentos e prazos legais.

18.21.1. A aplicação das sanções observará o disposto nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições constantes no Decreto Municipal nº 083/E, de 11 de agosto de 2025;

18.21.2. Nos casos específicos de procedimentos relacionados ao Sistema de Registro de Preços, aplicar-se-á, ainda, o Decreto Municipal nº 093/E, de 26 de agosto de 2025, em especial quanto às regras próprias de gestão e penalidades;

18.21.3. Nos demais casos, caberá à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante realizar todo o procedimento para abertura de processo para apuração e aplicação das penalizações previstas em Lei.

18.22 - A SMLIC e a autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverão informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP). (art. 161 da Lei nº 14.133/2021);

18.23 - Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III deste Edital).

19. DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

19.2. Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

19.3. O(a) Pregoeiro(a), no interesse da administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e, em especial, na sessão do pregão, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto nos incisos I e II do art. 64, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

19.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento referente as propostas de preços e os documentos de habilitação, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24h (vinte e quatro horas) de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

19.3.2. Se houver solicitação de documentos em diligências, deverão ser apresentados via sistema;

19.3.3. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

19.4. A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

19.5. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município **revogá-la**, no todo ou em parte, por razões de conveniência e oportunidade, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado ou **anulá-la** por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado na SMLIC para conhecimento dos participantes da licitação;

19.6. Qualquer modificação no presente edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

19.7. Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos;

19.8. Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste;

19.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a);

19.10. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. E em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;

19.11. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

19.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



19.13. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

19.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

19.15. Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação;

19.16. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- c) Anexo III – Minuta Contratual;
- d) Anexo IV – Modelo de Planilha / Proposta de Preço.

Boa Vista – RR, data constante no sistema.

Elaborado por:

Assinatura Eletrônica
Rileuda de Sena Rebouças
Divisão de Editais e Instrumentos Convocatórios – DEIC
Matrícula: 960431-1

Aprovado por:

Assinatura Eletrônica
Miguel Faustino de Carvalho Netto
Secretário Municipal de Licitações e Compras SMLIC/PMBV

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista – RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. APRESENTAÇÃO**

1.1. Este Termo de Referência engloba o conjunto de elementos necessários e suficientes para a caracterização do objeto.

1.2. Sugere-se a adoção da modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**.

1.3. O julgamento das propostas será realizado pelo critério: **MENOR PREÇO por ITENS**.

1.4. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos, deverá ser o valor unitário estimado (artigo 82, §1º, da Lei 14.133/2021).

1.4.1. Na hipótese de que trata o item 1.4, observados os parâmetros estabelecidos nos parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei 14.133/2021, os preços estimados servirão como limite máximo de aceitabilidade das propostas, devendo ser observada a compatibilidade com os valores praticados no mercado e a vantajosidade para a Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei 14.133/2021, especialmente quanto às disposições relativas à modalidade Pregão Eletrônico, ao Sistema de Registro de Preços, à gestão e fiscalização contratual e ao recebimento do objeto, bem como com a Lei Complementar 123/2006, o Decreto Municipal 83-E/2025, o Decreto Municipal 93-E/2025, o Decreto Municipal 14-E/2026, a Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022 (quando envolver recursos federais oriundos de transferências voluntárias), a Instrução Normativa SEGES/ME 116/2021, e demais normas correlatas aplicáveis.

3. DO OBJETO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEMADS)**.

3.2. As especificações, unidades e quantidades do presente objeto estão descritas no Anexo I deste Termo.

3.3. Trata-se de aquisição de bens de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021.

3.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal 83-E/2025.

4. JUSTIFICATIVA**4.1. DA NECESSIDADE DO OBJETO**

A Prefeitura Municipal de Boa Vista, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), tem como finalidade promover o bem-estar e a qualidade de vida

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS
LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 3466A561B



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



27

da população, com foco na proteção e inclusão social de famílias, crianças, adolescentes, jovens e idosos em situação de vulnerabilidade.

Com esse propósito, as Superintendências de Proteção Social Especial, Proteção Social Básica e Desenvolvimento Social identificaram a necessidade de aquisição de mobiliário para o adequado funcionamento de seus equipamentos e serviços socioassistenciais, visando aprimorar as condições de atendimento e de trabalho das equipes.

A Superintendência de Proteção Social Especial destaca que a demanda contempla os seguintes serviços:

- Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos;
- Serviço de Acolhimento Infantil Condomínio Pedra Pintada;
- Projeto Crescer;
- Conselhos Tutelares I, II e III.

O novo prédio do Serviço de Acolhimento para Idosos necessita ser totalmente equipado, garantindo um ambiente seguro, funcional e acolhedor para os 40 acolhidos, com mobiliário adequado às suas necessidades e condições de saúde. Da mesma forma, o Serviço de Acolhimento Infantil Condomínio Pedra Pintada requer a aquisição de itens permanentes que assegurem conforto, segurança e condições favoráveis ao desenvolvimento integral das 36 crianças acolhidas.

O Projeto Crescer, que atende adolescentes e jovens de 15 a 21 anos em vulnerabilidade social, necessita de mobiliário para revitalização de suas instalações, substituindo equipamentos antigos e garantindo um espaço mais organizado e propício às atividades formativas.

Já os Conselhos Tutelares demandam a aquisição de móveis que assegurem a adequada estrutura de atendimento, especialmente em situações emergenciais de acolhimento e proteção de crianças e adolescentes, reforçando a efetividade das ações de defesa de direitos.

A Superintendência de Proteção Social Básica, por sua vez, aponta a necessidade de aquisição de mobiliário para as unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Tais itens visam proporcionar ambientes mais funcionais, organizados e acolhedores tanto para os servidores quanto para os usuários, fortalecendo as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o atendimento cotidiano das famílias.

A Superintendência de Desenvolvimento Social reforça a importância de disponibilizar mobiliário adequado para o Programa Família que Acolhe, assegurando espaços confortáveis e eficientes para o atendimento às gestantes, crianças e famílias acompanhadas. A adequação da estrutura física contribui diretamente para a qualidade dos serviços e o fortalecimento da rede de proteção social.

Dessa forma, a aquisição de mobiliário permanente se faz essencial para garantir ambientes adequados, seguros e humanizados em todos os equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS). Essa medida visa assegurar o pleno funcionamento dos serviços socioassistenciais, promovendo a dignidade dos usuários e melhores condições de trabalho para os servidores, em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

4.2. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃOE-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



Nos termos do art. 40, inciso V, alínea b, da Lei 14.133/2021, o planejamento das compras públicas deve observar o princípio do parcelamento, sempre que este se revelar tecnicamente viável e economicamente vantajoso, cabendo à Administração avaliar a forma mais adequada de contratação.

No presente caso, optou-se pelo parcelamento da solução com julgamento por item, considerando a natureza dos mobiliários, as especificidades técnicas de cada produto, as peculiaridades do mercado fornecedor e a necessidade de ampliação da competitividade, em conformidade com o art. 40, §2º, da Lei 14.133/2021.

A adoção do julgamento por item mostra-se adequada em razão da diversidade dos mobiliários pretendidos, os quais possuem finalidades distintas, características próprias, diferentes padrões construtivos, materiais, dimensões, requisitos de segurança, resistência, ergonomia e públicos atendidos. O objeto contempla desde camas, guarda-roupas, sofás, mesas e armários destinados à estruturação de ambientes institucionais, até mobiliários infantis e equipamentos específicos voltados ao atendimento materno-infantil e recreativo.

A contratação por item possibilita maior aproveitamento das peculiaridades do mercado fornecedor, permitindo a participação de empresas especializadas em segmentos específicos, tais como mobiliário residencial, mobiliário infantil, móveis metálicos, móveis recreativos, equipamentos eletrônicos e artigos institucionais, ampliando a competitividade do certame e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A modelagem adotada também reduz riscos de restrição indevida à competitividade, uma vez que evita a concentração do objeto em grupos excessivamente amplos, permitindo que fornecedores participem apenas dos itens compatíveis com sua capacidade técnica, operacional e comercial. Dessa forma, assegura-se maior pluralidade de participantes, ampliação da disputa e mitigação do risco de fracasso ou deserto do certame.

Além disso, a adjudicação por item revela-se mais vantajosa técnica e economicamente, pois possibilita à Administração selecionar propostas mais competitivas individualmente para cada mobiliário, promovendo maior economicidade e eficiência na contratação, sem comprometer a funcionalidade do conjunto ou a adequada estruturação das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

Ressalta-se que a contratação por item não compromete a padronização necessária dos ambientes institucionais, uma vez que as especificações técnicas, padrões mínimos de qualidade, materiais, dimensões aproximadas, requisitos de acabamento e demais critérios objetivos encontram-se devidamente definidos no Termo de Referência, assegurando uniformidade e compatibilidade dos mobiliários adquiridos.

Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, o critério de aceitabilidade dos preços unitários máximos corresponderá aos valores unitários estimados para cada item, nos termos do art. 82, §1º, da Lei 14.133/2021, garantindo controle da vantajosidade da contratação e evitando sobrepreço em itens individualmente considerados.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução com julgamento por item atende aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade, planejamento e vantajosidade, revelando-

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUARIOS
LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



se técnica e administrativamente adequado às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), em conformidade com a Lei 14.133/2021.

4.3. A contratação está alinhada ao planejamento estabelecido pelo Decreto Municipal 83/2025, que institui o Plano de Contratações Municipal (PCM). A demanda encontra-se prevista no PCM 2026, atendendo à obrigatoriedade de planejamento prévio e garantindo conformidade com o fluxo processual e as diretrizes de gestão das contratações da Administração Municipal.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução adotada para atendimento da presente demanda consiste na aquisição de mobiliários por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, com vistas a atender, de forma planejada e eficiente, as necessidades das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

5.2. A escolha do Pregão Eletrônico fundamenta-se no fato de que os mobiliários a serem adquiridos configuram bens comuns, cujas especificações são objetivas, padronizáveis e amplamente disponíveis no mercado, permitindo o julgamento das propostas pelo critério de menor preço, conforme previsto no art. 6º, inciso XLI, e no art. 28, inciso I, da Lei 14.133/2021. A adoção da forma eletrônica amplia a competitividade, assegura maior transparência ao certame e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada nos termos do art. 82 da Lei 14.133/2021, uma vez que permite o registro de preços e quantitativos máximos estimados, sem obrigatoriedade de contratação imediata ou integral, possibilitando à Administração realizar as aquisições conforme a efetiva necessidade das unidades demandantes. Tal sistemática confere maior flexibilidade operacional, racionaliza o uso dos recursos públicos e reduz o risco de aquisições desnecessárias.

5.4. O Registro de Preços revela-se especialmente vantajoso considerando a diversidade de unidades atendidas, a possibilidade de demandas escalonadas e a necessidade de padronização dos mobiliários, assegurando previsibilidade de preços durante a vigência da ata, nos termos dos arts. 83 e 84 da Lei 14.133/2021, sem impor obrigação de contratar à Administração.

5.5. Sob o aspecto da governança das contratações públicas, a solução adotada está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público, previstos no art. 11 da Lei 14.133/2021, permitindo maior controle sobre os quantitativos, mitigação de riscos, segurança jurídica e adequada gestão das futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

5.6. Dessa forma, conclui-se que a aquisição de mobiliários por meio de Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços constitui a solução mais adequada sob os aspectos técnico, administrativo, econômico e jurídico, atendendo de maneira integrada às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), em conformidade com o regime jurídico instituído pela Lei 14.133/2021.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUARIOS
LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadeao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



5.7. Havendo divergência entre o CATMAT e as especificações constantes neste Termo de Referência, prevalecerá o descrito neste Termo para fins de formulação de proposta, fornecimento e recebimento do objeto.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**6.1. DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1.1. Não será permitida a subcontratação do objeto desta contratação, uma vez que se trata do fornecimento direto de mobiliários destinados à estruturação e adequação dos equipamentos e serviços vinculados à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

6.1.2. A vedação à subcontratação tem por finalidade assegurar o controle efetivo da Administração quanto à qualidade, padronização, conformidade técnica e procedência dos mobiliários, garantindo que os itens fornecidos atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e às necessidades dos serviços socioassistenciais atendidos.

6.1.3. A admissão de subcontratação poderia comprometer a uniformidade dos materiais, a compatibilidade entre os itens, o cumprimento dos prazos de entrega e a responsabilidade técnica pelo fornecimento, além de dificultar a fiscalização e a rastreabilidade dos produtos entregues.

6.1.4. Dessa forma, a execução direta do fornecimento pela contratada assegura maior confiabilidade, padronização, eficiência administrativa e aderência aos requisitos técnicos definidos, contribuindo para a adequada estruturação dos ambientes de atendimento, acolhimento e trabalho das unidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

6.2. DA GARANTIA CONTRATUAL

6.2.1. Não será exigida garantia contratual, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, considerando que o objeto da contratação consiste no fornecimento de mobiliários, classificados como bens permanentes, com entrega única e sem complexidade operacional na execução.

6.2.2. Ressalta-se que os mobiliários a serem fornecidos já estão amparados pela garantia legal contra vícios, defeitos de fabricação ou desconformidade com as especificações técnicas, cabendo à contratada a responsabilidade pela substituição ou correção dos itens que não atendam às condições estabelecidas no instrumento contratual.

6.3. DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS

6.3.1. A proposta deverá apresentar exclusivamente os valores unitários e totais dos mobiliários ofertados, sendo que todos os tributos, encargos, frete, transporte, logística de entrega, carga, descarga e demais despesas necessárias à execução do objeto correrão integralmente por conta da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração.

6.3.2. A proposta deverá indicar o prazo de entrega dos itens após o recebimento da Ordem de Fornecimento, respeitado o prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

6.3.3. A proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias corridos.

6.3.4. A proposta deverá conter a indicação da marca, modelo e descrição técnica completa dos mobiliários ofertados, incluindo dimensões, materiais, acabamento, unidade de fornecimento e demais características relevantes, de modo a permitir a verificação da conformidade com as especificações exigidas.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



31

6.3.5. Os itens ofertados deverão ser novos, de primeira qualidade, isentos de defeitos de fabricação e adequados ao uso institucional.

6.3.6. O não atendimento às condições e especificações estabelecidas implicará a desclassificação da proposta, nos termos da legislação vigente e do instrumento convocatório.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**7.1. DA SOLICITAÇÃO DO OBJETO**

7.1.1. A solicitação dos mobiliários objeto da contratação será realizada por meio de Ordem de Fornecimento, encaminhada de forma eletrônica, via e-mail, pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

7.1.2. A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.2. DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA

7.2.1. Os mobiliários deverão ser entregues no Departamento de Gestão de Patrimônio e Suprimentos (DGPS), localizado na Avenida Sebastião Diniz, 243 – Centro, CEP: 69.301-040, no Município de Boa Vista.

7.2.2. O horário para recebimento será de segunda-feira a sexta-feira, das 8h30 às 13h30, em dias úteis.

7.3. DAS CONDIÇÕES E MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.3.1. Os mobiliários serão fornecidos conforme a necessidade das unidades demandantes, após a assinatura do contrato, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

7.3.2. A Ordem de Fornecimento poderá ser encaminhada por meio eletrônico (e-mail), passando a produzir efeitos a partir do seu recebimento pela contratada.

7.3.3. O prazo para entrega será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.3.4. Excepcionalmente, a contratada poderá solicitar prorrogação do prazo de entrega, mediante justificativa formal apresentada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, ficando a análise e decisão a critério da Administração.

7.3.5. A prorrogação somente será admitida quando devidamente justificada e desde que não comprometa a continuidade dos serviços públicos.

7.4. DO RECEBIMENTO

7.4.1. O recebimento do objeto dar-se-á em conformidade com o art. 140 da Lei 14.133/2021, aplicável às contratações de compras, e ocorrerá em duas etapas: recebimento provisório e recebimento definitivo.

7.4.2. O recebimento provisório será realizado no ato da entrega dos mobiliários, para verificação inicial do quantitativo, das condições aparentes e da conformidade preliminar com as especificações técnicas, mediante Termo de Recebimento Provisório, em duas vias de igual teor.

7.4.3. Constatadas divergências, irregularidades, danos, defeitos ou desconformidades com as especificações técnicas ou com a proposta apresentada, o objeto será rejeitado, no todo ou em parte,

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUARIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



32

ficando a contratada obrigada à substituição ou correção dos itens recusados, sem ônus para a Administração, no prazo estipulado pela fiscalização.

7.4.4. O recebimento definitivo será realizado após o decurso do prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante verificação da conformidade dos mobiliários com as especificações técnicas e atesto na(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is).

7.4.5. Não sendo realizada a verificação dentro do prazo previsto, reputar-se-á como efetuado o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, salvo manifestação formal em contrário da Administração.

7.4.6. A aceitação do objeto somente será efetivada após a constatação de que os mobiliários atendem inteiramente às exigências contratuais, permanecendo a contratada obrigada à substituição parcial ou integral dos itens sempre que forem identificadas falhas, defeitos ou inconformidades.

7.4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou inconformidades constatados posteriormente, nos termos da legislação vigente.

7.4.8. Todos os custos relacionados à logística de entrega, incluindo transporte, carga, descarga e demais despesas necessárias ao cumprimento do objeto, serão de inteira responsabilidade da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração.

7.4.9. A contratada deverá realizar aviso prévio de entrega, informando dia e horário previstos, por meio dos seguintes contatos:

7.4.9.1. À Superintendência de Proteção Social Especial (SPSE), pelo e-mail spse.semges@hotmail.com;

7.4.9.2. À Superintendência de Proteção Social Básica (SPSB), pelo telefone (95) 99117-4267 ou e-mail spsb.bv1@gmail.com;

7.4.9.3. À Superintendência de Desenvolvimento Social (SDS), pelo e-mail sds.semges@gmail.com.

7.5. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO

7.5.1. Os mobiliários a serem fornecidos deverão ser novos, de primeira qualidade, adequados ao uso a que se destinam e atender integralmente às especificações técnicas definidas.

7.5.2. Os itens deverão apresentar resistência, estabilidade, durabilidade e segurança, compatíveis com o uso contínuo em ambientes institucionais e de atendimento ao público.

7.5.3. Os mobiliários destinados a ambientes de atendimento a crianças, adolescentes e idosos deverão possuir acabamentos seguros, sem arestas cortantes, rebarbas ou materiais que ofereçam risco aos usuários.

7.5.4. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas técnicas, regulatórias e de segurança vigentes, quando aplicável.

7.5.5. Os itens deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem avarias, deformações ou danos decorrentes do transporte.

7.5.6. O desempenho dos mobiliários será avaliado pela Administração quanto à conformidade técnica, funcionalidade e adequação ao uso institucional, podendo ser recusados aqueles que apresentarem defeitos, vícios ou desconformidades.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



33

7.5.7. A contratada deverá proceder à substituição imediata dos itens que apresentarem não conformidade, sem ônus adicional para a Administração.

7.6. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

7.6.1. A contratação deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade, sempre que tecnicamente viáveis, visando à redução dos impactos ambientais decorrentes da produção, transporte, uso e descarte dos mobiliários.

7.6.2. Os mobiliários ofertados deverão, preferencialmente, ser produzidos com materiais duráveis, de origem regular e que possibilitem maior vida útil, reduzindo a necessidade de substituições frequentes.

7.6.3. As embalagens utilizadas para transporte e proteção dos itens deverão, sempre que possível, ser recicláveis ou reutilizáveis, minimizando a geração de resíduos.

7.6.4. A contratada deverá adotar práticas logísticas que otimizem o transporte e reduzam desperdícios, observadas as condições estabelecidas pela Administração.

7.6.5. A adoção dos critérios de sustentabilidade não poderá comprometer a qualidade, segurança, funcionalidade e desempenho dos mobiliários fornecidos.

7.7. DA GARANTIA DOS PRODUTOS

7.7.1. Os mobiliários fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo, obrigando-se a contratada a realizar a substituição ou reparo dos itens que apresentarem vícios ou defeitos nesse período, sem ônus para a Administração.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**8.1. VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DO CONTRATO**

8.1.1. O contrato decorrente desta contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme previsão em edital, observando-se, no momento da contratação e ao longo de sua execução, a disponibilidade de créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021.

8.1.2. Nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021, caso o objeto contratado não seja concluído no prazo de vigência estabelecido, este será automaticamente prorrogado até a sua integral conclusão, sem prejuízo da apuração de responsabilidade da contratada, quando a não conclusão decorrer de sua culpa.

8.1.3. A assinatura do Contrato deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação do licitante vencedor, por meio de assinatura digital, sendo o instrumento contratual disponibilizado no endereço eletrônico <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br>, ou mediante convocação para retirada do instrumento contratual via e-mail institucional, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei 14.133/2021.

8.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.2.1. São obrigações da Contratante além das previstas na minuta do contrato padronizada:

- a)** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato.
- b)** Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, por meio de servidor(es) formalmente designado(s), nos termos da Lei 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



34

c) Comunicar à contratada, por escrito, quaisquer irregularidades, falhas, avarias ou inconformidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para a devida regularização, observado o interesse da Administração.

d) Efetuar o pagamento devido à contratada, após o recebimento definitivo do objeto e atesto da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is), desde que cumpridas todas as condições estabelecidas.

e) Disponibilizar as informações e orientações necessárias à adequada execução do objeto contratado.

f) Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado descumprimento das obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.2.2. São obrigações da Contratada além das previstas na minuta do contrato padronizada:

a) Fornecer todos os mobiliários rigorosamente em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

b) Garantir que o transporte, o acondicionamento e a entrega dos mobiliários ocorram de forma adequada, preservando os itens contra avarias, deformações, arranhões, umidade, poeira ou qualquer outro dano que comprometa sua integridade.

c) Realizar a substituição dos mobiliários que apresentarem defeitos de fabricação, danos decorrentes do transporte ou inconformidade com as especificações exigidas, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

d) Emitir Nota Fiscal/DANFE discriminando detalhadamente os mobiliários entregues, contendo identificação dos itens, quantidades, características principais e demais informações necessárias à adequada conferência e rastreabilidade.

e) Assegurar que todos os mobiliários fornecidos sejam novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e acabamento, observando os padrões de qualidade exigidos no Termo de Referência.

f) Manter comunicação formal, clara e tempestiva com a fiscalização do contrato, informando previamente qualquer intercorrência logística ou operacional que possa impactar no prazo de entrega ou na execução do fornecimento.

g) Responsabilizar-se integralmente pelos custos de transporte, carga, descarga, logística de entrega e demais despesas necessárias ao pleno cumprimento do objeto contratado.

8.3. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.3.1. O licitante ou a contratada será responsabilizado administrativamente pela prática das infrações dispostas no artigo 155, e incisos, da Lei 14.133/2021.

8.3.2. Serão aplicadas, ao(s) responsável(eis) pelas infrações administrativas, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, observados os dispositivos constantes no §1º, do artigo 156, da Lei 14.133/2021, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadeao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



35

8.3.3. A aplicação das sanções previstas no item anterior não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração;

8.1.4. Na aplicação das sanções serão observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.3.5. No caso de **sanção de multa**, serão estabelecidos os seguintes percentuais:

- a) Moratória de **1%** (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias corridos**;
- a.1) O atraso superior a **30 (trinta) dias corridos** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei 14.133/2021.
- b) Compensatória, de **0,5% a 30%** do valor do Contrato, estabelecida por decisão da autoridade máxima do órgão.

8.3.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo **de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

8.3.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.3.8. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa discriminada no inciso I, do artigo 155, da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.3.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do art. 155, da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo **prazo máximo de 3 (três) anos**.

8.3.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do **caput**, do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.3.11. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUARIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



36

prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.3.12. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.3.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

8.3.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

8.3.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

8.3.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

8.3.17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.3.18. No caso de aplicação de sanção de impedimento de contratar ou de declaração de inidoneidade enquanto ainda em curso prazo decorrente de sanção anteriormente imposta importará no somatório dos períodos, não sendo admitido qualquer tipo de compensação ou redução, exceto nos casos de reabilitação nos termos da Lei 14.133/2021.

8.3.19. Será admitida a reabilitação do licitante ou contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente, com o disposto nos incisos I ao V, do artigo 163, da Lei 14.133/2021.

8.3.20. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável;

8.4. DO GESTOR DO CONTRATO

8.4.1. A gestão do contrato será exercida por agente público designado pela Administração, nos termos do Decreto Municipal 14/2026 e da Lei 14.133/2021, competindo-lhe coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à execução contratual.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUARIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



37

8.4.2. Compete ao gestor do contrato acompanhar a execução do ajuste sob os aspectos administrativos e operacionais, promovendo a articulação com os fiscais designados e adotando as providências necessárias à regular execução do objeto.

8.4.3. São atribuições do gestor do contrato, entre outras previstas na legislação e normativos aplicáveis:

- a) Coordenar as atividades de fiscalização técnica, administrativa e, quando houver, setorial;
- b) Adotar as providências necessárias para a instrução processual referente a alterações contratuais, prorrogações, reequilíbrio econômico-financeiro, pagamentos, aplicação de sanções e extinção contratual;
- c) Encaminhar a documentação pertinente aos setores competentes para formalização dos atos relacionados à execução do contrato.

8.4.4. O gestor do contrato exercerá suas atribuições durante toda a vigência contratual, acompanhando a execução do ajuste até sua conclusão, podendo ser designado servidor substituto para atuar em suas ausências, impedimentos ou afastamentos, conforme ato formal da Administração.

8.5. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s) pela Administração, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal 14/2026.

8.5.2. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução do objeto contratado, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no instrumento contratual, no Termo de Referência e na proposta da contratada.

8.5.3. O fiscal do contrato deverá registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando as providências necessárias para a regularização de eventuais irregularidades ou inconformidades verificadas.

8.5.4. Sempre que a situação exigir decisão ou providência que ultrapasse sua competência, o fiscal do contrato deverá comunicar o fato ao gestor do contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

8.5.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, este deverá elaborar registro detalhado contendo as ocorrências, análises e conclusões acerca da execução contratual, encaminhando-o ao gestor do contrato para subsidiar a formalização do recebimento definitivo ou outras providências administrativas.

9. DO PAGAMENTO**9.1. DA LIQUIDAÇÃO**

9.1.1. A solicitação de pagamento deverá ser formalizada pela Contratada, por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os documentos listados a seguir:

I. Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS
LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



38

II. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, estadual ou Municipal, quando for o caso;

III. Certidão de regularidade previdenciária e trabalhista.

9.1.2. Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após a autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.

9.1.3. Recebida a Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.1.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.5. A Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente deverá vir em nome da Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR, no endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, 1011 – São Francisco. CEP: 69.305-130, CNPJ: 05.943.030/0001-55, a qual deverá ser enviada para o e-mail: protocolosemges@hotmail.com.

9.1.5.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade com o Decreto Municipal 113/E, de 20 de outubro de 2025, que regulamenta o art. 175 da Lei Complementar 1.223, de 29 de dezembro de 2009, no que se refere à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), devendo atender a todos os requisitos legais e normativos aplicáveis no âmbito do Município de Boa Vista/RR.

9.1.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.1.7. A Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

9.1.7.1 Em caso de ausência de certidão de regularidade fiscal, a contratada deverá ser instada a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria-Geral do Município em caso de débito inscrito em dívida ativa.

9.1.7.1.1. Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Município para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito municipal.

9.1.8. Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



39

a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.1.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.1.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.1.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.2. DO PRAZO E FORMA PAGAMENTO

9.2.1. O pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS/SEMADS), em até o **30 (trinta) dias corridos**, após a liquidação da Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente), devidamente atestada pelo(s) fiscal(is).

9.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária.

9.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

9.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.2.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.2.6. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3. DO REAJUSTE

9.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data de 24/02/2026, referente ao orçamento estimado.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUARIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



40

9.3.2. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, se houver solicitação ou ressalva ao direito de reajuste pela contratada, até antes da celebração do aditamento de vigência, sendo considerado o silêncio como renúncia ou preclusão lógica.

9.3.3. Em caso de solicitação de reajuste pela contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3.4. Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cujo fornecimento se encontrem atrasadas por culpa da contratada.

9.3.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.3.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.3.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.3.10. O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria-Geral do Município.

10. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

10.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos artigos 62 a 70, da Lei 14.133/2021, e demais legislações correlatas:

10.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Se Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) Se Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

c) Se Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

d) Se Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME 77, de 18 de março de 2020.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



e) Se Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

f) Se Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

g) Se Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.1.1.2. JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

A vedação à participação de pessoa física no presente procedimento licitatório justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de mobiliários destinados à estruturação e adequação das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

O fornecimento dos bens exige atividade comercial regular, com capacidade para aquisição, armazenamento, transporte, entrega, substituição de itens com defeito, além da emissão de documentação fiscal adequada, características inerentes a pessoas jurídicas que atuam no ramo de comercialização de mobiliários.

A admissão de pessoa física poderia comprometer a adequada execução contratual, especialmente quanto à emissão de nota fiscal de venda de mercadorias, à garantia dos produtos, à logística de entrega e à responsabilização pelo cumprimento das obrigações contratuais, o que poderia gerar riscos à Administração.

Dessa forma, a restrição da participação às pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto mostra-se medida necessária para assegurar a adequada execução do contrato, a rastreabilidade dos bens fornecidos, a segurança jurídica da contratação e o atendimento eficiente das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

10.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) (pessoa jurídica).

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (Pessoa Jurídica).

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (Pessoa Jurídica).

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUARIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 (Pessoa Jurídica).

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (Pessoa Jurídica).

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (Pessoa Jurídica).

10.1.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.1.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.1.2.3. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, inciso II, da Lei 14.133/2021).

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

b.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

b.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de Capacidade Técnica devidamente registrado em órgão competente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que declare que a licitante desempenha ou desempenhou atividade pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

b) Poderá a licitante apresentar um ou mais atestados ou certidões de capacidade técnica, desde que, em conjunto, comprovem a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto ora licitado, demonstrando capacidade operacional para atender integralmente às demandas previstas no Termo de Referência.

c) As declarações deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal ou procurador da licitante.

d) Os documentos exigidos para habilitação e qualificação técnica não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



43

e) Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no edital.

10.1.4.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.1.4.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.1.5. DAS DECLARAÇÕES

a) Declaração do licitante de que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021).

b) Declaração do licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei 14.133/2021).

c) Declaração do licitante de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei 14.133/2021).

d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.1.6. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO/ DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS/ DA PARTICIPAÇÃO E DOS BENEFÍCIOS DA MICROEMPRESA-ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP**10.1.6.1. DO CONSÓRCIO (ARTS. 15, DA LEI 14.133/2021)**

Será vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto licitado consiste no fornecimento de mobiliários, caracterizados como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e cuja execução não apresenta complexidade técnica, operacional ou financeira que justifique a associação entre empresas para cumprimento das exigências de habilitação.

As empresas que atuam individualmente no ramo de comercialização de mobiliários possuem plena capacidade de atender às exigências técnicas, operacionais e econômico-financeiras estabelecidas no edital, não sendo necessária a formação de consórcios para a adequada execução do objeto. Ademais, a admissão de consórcios, no presente caso, não se mostra indispensável para ampliação da competitividade do certame.

Nos termos do art. 15 da Lei 14.133/2021, a participação de empresas em consórcio pode ser admitida ou vedada pela Administração conforme a natureza e as características da contratação. No presente caso, a vedação busca assegurar maior eficiência na condução do procedimento licitatório, simplificação na análise de habilitação, maior clareza na responsabilização contratual e facilitação da fiscalização da execução do contrato.

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



Dessa forma, a restrição à participação de consórcios mostra-se medida adequada e proporcional à natureza do objeto, preservando os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e interesse público que regem as contratações públicas.

10.1.6.2. DAS COOPERATIVAS (ART. 16, DA LEI 14.133/2021)

a) Será admitida a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, quando:

a.1) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, § 2º a 6º da Lei 5.764, de 1971.

a.2) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados.

a.3) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.

a.4) O registro previsto na Lei 5.764, de 1971, art. 107.

a.5) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

a.6) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

I) ata de fundação;

II) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

III) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

IV) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

V) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

VI) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

b.7) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.1.6.3. DA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

a) Será admitida a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no presente procedimento licitatório, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006.

a.1) A adoção do tratamento diferenciado observará os limites legais aplicáveis, garantindo o incentivo à participação das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) nos itens compatíveis com a legislação, sem prejuízo da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

a.2) A não aplicação da cota reservada prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123/2006 não afasta os demais benefícios assegurados às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), permanecendo aplicáveis, quando cabíveis, as disposições relativas ao tratamento favorecido, à regularização fiscal tardia e aos critérios de desempate previstos na referida legislação.

10.1.6.3.1. JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICAÇÃO DE COTA RESERVADA

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 3466A561B



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



A não aplicação da cota reservada prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123/2006 fundamenta-se em razões de ordem técnica e administrativa, considerando a necessidade de padronização dos mobiliários destinados às unidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS).

Embora a contratação seja realizada por item, a adoção de cota reservada poderá resultar na contratação de fornecedores distintos para mobiliários semelhantes, ocasionando divergências de acabamento, materiais, dimensões e padrões construtivos, comprometendo a uniformidade dos ambientes institucionais.

Além disso, a medida poderá ampliar a complexidade da gestão e fiscalização contratual, dificultando o controle de qualidade, o acionamento de garantias e a substituição de itens, bem como reduzir a economicidade da contratação.

Dessa forma, a não adoção da cota reservada encontra respaldo no art. 49, inciso III, da Lei Complementar 123/2006, por representar medida mais adequada à preservação da vantajosidade da contratação, da eficiência administrativa e do interesse público.

11. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado para eventual contratação do objeto é de R\$ 406.436,22 (quatrocentos e seis mil quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e dois centavos), conforme custos unitários e globais apurados por meio da pesquisa de preços constante no Anexo II deste Termo de Referência.

11.2. Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, os valores registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas na legislação aplicável, especialmente quando ocorrer:

a) Força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou ainda em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços nas condições originalmente pactuadas.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O custo da presente aquisição correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

a) Unidade Orçamentária: 31.01; Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00; Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados.

12.2. As despesas decorrentes da contratação poderão ser atendidas pelas seguintes programações orçamentárias, conforme a unidade administrativa beneficiária:

a) Gestão do Abrigo do Idoso

Função Programática: 08.241.0049

Ação: 2466.0000;

b) Gestão do Serviço de Acolhimento Infantil Condomínio Pedra Pintada

Função Programática: 08.243.0049

Ação: 2458.0000;

c) Gestão do Projeto Crescer

Função Programática: 08.243.0049

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUARIOS
LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



46

Ação: 2474.0000;

d) Gestão Administrativa do SUAS

Função Programática: 08.122.0046

Ação: 2455.0000;

e) Gestão dos Conselhos Tutelares de Boa Vista

Função Programática: 08.122.0046

Ação: 2461.0000.

12.3. A indicação da dotação orçamentária específica para cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será realizada no momento da emissão da respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, observadas as normas de execução orçamentária vigentes.

13. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Adotar-se-á o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação, considerando:

13.1.1. A possibilidade de aquisições conforme a necessidade das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), sem obrigatoriedade de contratação imediata ou integral dos quantitativos estimados.

13.1.2. A conveniência administrativa de realizar as aquisições de forma parcelada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a demanda dos serviços e programas socioassistenciais atendidos.

13.1.3. A natureza recorrente da demanda por mobiliário destinado ao atendimento das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), considerando a necessidade contínua de estruturação, manutenção e adequação dos ambientes institucionais e operacionais.

13.1.4. A necessidade de garantir previsibilidade de preços, maior eficiência na gestão das aquisições e racionalização dos estoques, evitando a realização de múltiplos procedimentos licitatórios para objetos de mesma natureza.

13.1.5. A adequação do SRP para contratações com entregas parceladas e quantitativos estimados, conforme previsto na Lei 14.133/2021, permitindo maior flexibilidade administrativa, economicidade e melhor planejamento das aquisições públicas.

13.2. DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

13.2.1. As quantidades máximas estimadas para cada item constam em Anexo deste Termo de Referência, nos termos do art. 82, inciso I, da Lei 14.133/2021.

13.2.2. Os quantitativos indicados possuem caráter estimativo, não gerando para a Administração a obrigação de contratação integral, podendo as aquisições ocorrer conforme a efetiva necessidade durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3. Os preços registrados deverão ser únicos para cada item, não sendo admitidas variações em razão de local de entrega, forma de acondicionamento, tamanho de lote ou quaisquer outras condições que comprometam a uniformidade dos preços registrados.

13.4. DOS ÓRGÃOS GERENCIADORES E PARTICIPANTESE-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



13.4.1. Será permitida a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública no presente Registro de Preços, na condição de participantes, desde que observadas as disposições previstas no Decreto Municipal 93-E/2025, mediante prévia manifestação de interesse e inclusão da demanda durante a fase de planejamento da contratação.

13.4.2. As competências, responsabilidades, procedimentos e demais regras aplicáveis ao órgão gerenciador e aos órgãos participantes observarão as disposições constantes na minuta padronizada da Ata de Registro de Preços, bem como as normas previstas no Decreto Municipal 93-E/2025 e na Lei 14.133/2021.

13.5. DA ASSINATURA DA ATA

13.5.1. Homologado o resultado, o órgão gerenciador convocará os fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital disponibilizada no endereço eletrônico informado na convocação por meio do endereço eletrônico <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/>, ou mediante retirada do instrumento contratual via e-mail institucional, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

13.5.2. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que:

- a) A solicitação seja apresentada dentro do prazo; e
- b) A justificativa seja aceita pela Administração.

13.5.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, podendo ser realizada licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao fornecedor registrado a preferência em igualdade de condições.

13.5.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar a Ata no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para assinatura nas mesmas condições ofertadas pelo primeiro colocado.

13.5.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva ocorrerá quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

13.6. DA VIGÊNCIA DA ATA

13.6.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

13.6.2. Em caso de prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

13.7. DA ADESÃO

13.7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser admitida a adesão de órgãos ou entidades da Administração Pública de qualquer esfera ou poder que não tenham participado do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), na condição de não participantes, desde que observados os requisitos, limites e procedimentos previstos nos arts. 54 a 59 do Decreto Municipal 93-E/2025.

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;
- b) Demonstração da compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado;
- c) Anuência do órgão gerenciador; e
- d) Aceitação do fornecedor registrado.

13.8. DO REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOSE-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



48

13.8.1. Os quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejados pelo órgão gerenciador entre órgãos ou entidades participantes e não participantes, observadas as disposições previstas no art. 48 do Decreto Municipal 93-E/2025.

13.8.2. O remanejamento somente será realizado mediante autorização do órgão gerenciador e prévia anuência do órgão ou entidade que tiver redução dos quantitativos inicialmente previstos.

13.8.3. Na hipótese de remanejamento para órgão ou entidade não participante, os quantitativos remanejados não serão computados nos limites previstos para adesões à Ata de Registro de Preços.

13.8.4. Quando o remanejamento envolver órgãos ou entidades de entes federativos distintos, a efetivação do fornecimento ficará condicionada à anuência do fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

13.9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.9.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento das condições previstas na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pela Administração;
- b) Recusa injustificada em retirar a nota de empenho, assinar o contrato administrativo ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- c) Não aceitação da manutenção do preço registrado nas hipóteses previstas nos parágrafos 2º e 3º do art. 35 do Decreto Municipal 93-E/2025;
- d) Aplicação das sanções previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei 14.133/2021.

13.9.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

- a) Razões de interesse público devidamente justificadas;
- b) Pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
- c) Ausência de êxito nas negociações para manutenção ou redução dos preços registrados, nos termos do Decreto Municipal 93-E/2025.

13.9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, conforme disposições do Decreto Municipal 93-E/2025.

13.10. DO CADASTRO DE RESERVA

13.10.1. Será permitida a formação de cadastro de reserva, que, quando houver, integrará a Ata de Registro de Preços na forma de anexo, observada a ordem de classificação, contemplando os licitantes que aceitarem cotar os itens em preços iguais aos do adjudicatário e aqueles que mantiverem sua proposta original, nos termos do Decreto Municipal 93-E/2025.

13.10.2. O cadastro de reserva poderá ser utilizado pelo órgão gerenciador para convocação de licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, nas hipóteses de não assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor vencedor, cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, bem como quando representar a melhor solução para atendimento do interesse público, conforme o Decreto Municipal 93-E/2025.

14. DA PUBLICIDADE

14.1. Considerando que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUARIOS
LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



deve garantir que os processos de contratação estejam aptos a receber recursos federais provenientes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de emendas parlamentares ou de outras fontes fundo a fundo, os quais podem ser disponibilizados durante o procedimento licitatório ou ao longo da execução contratual, determina-se que os Avisos de Licitação/Dispensa e demais atos pertinentes sejam também publicados no Diário Oficial da União (DOU), ainda que, inicialmente, o processo seja custeado com recursos próprios.

15. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

15.1. O contrato poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, atendidas a conveniência da Contratante, de forma imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, recebendo a Contratada o valor correspondente ao fornecimento efetivamente prestado.

Boa Vista-RR, data constante no sistema.

ELABORADO POR,

(assinado eletronicamente)
THAIONÁ PINHO CORRÊA DE MELO
 Assistente Administrativo – SUPRO/GCOM
 Matrícula: 29251

DE ACORDO,

(assinado eletronicamente)
ALINNE BIANCA LIMA DE SOUZA
 Superintendente de Proteção Social Básica

(assinado eletronicamente)
CIRLENE GUERRA
 Superintendente de Proteção Social Especial

(assinado eletronicamente)
SHEYLA SANTANA MEDEIROS
 Superintendente de Desenvolvimento Social

APROVO,

(assinado eletronicamente)
GABRIEL SOUSA DE PAULA
 Secretário Municipal Adjunto de Assistência e Desenvolvimento Social

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
 Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37
 DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUARIOS
 LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
 VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



50

ANEXO I
DESCRIÇÕES, UNIDADES E QUANTITATIVOS

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	331857	CAMA DE SOLTEIRO EM MADEIRA MACIÇA DE BOA QUALIDADE E ENVERNIZADA, SEM RACHADURAS, TODA PARAFUSADA, EXCETO O ESTRADO. O ESTRADO DEVE SER DE ENCAIXE SOBRE A PEÇA DE MADEIRA NA LATERAL DA CAMA. CAMA RESISTENTE, QUE SUPORTA ATÉ 150KG. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 22CM X 92CM X 192CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	41
2	207054	CAMA DE CASAL EM MADEIRA MACIÇA DE BOA QUALIDADE E ENVERNIZADA, SEM RACHADURAS, TODA PARAFUSADA, EXCETO O ESTRADO. O ESTRADO DEVE SER DE ENCAIXE SOBRE A PEÇA DE MADEIRA NA LATERAL DA CAMA. CAMA RESISTENTE, QUE SUPORTA ATÉ 300KG. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 138X188CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	3
3	613982	BELICHE SOLTEIRO REFORÇADO PARA COLCHÃO 88X188CM. COM ACABAMENTO EM PINTURA UV, PÉS COM PROTETOR DE UMIDADE. A BELICHE TAMBÉM PODE VIRAR DUAS CAMAS DE SOLTEIRO. POSSUI GRADE SUPERIOR E ESCADA FIXADAS COM PARAFUSOS. MEDINDO APROXIMADAMENTE: ALTURA: 156CM. LARGURA: 94CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	14
4	461027	TRELICHE SOLTEIRO REFORÇADO PARA COLCHÃO 88X188CM. O ESTRADO DEVERÁ SER DE ENCAIXE SOBRE A PEÇA DE MADEIRA NA PARTE LATERAL DO TRELICHE. RESISTENTE SUPORTANDO ATÉ 100KG. O TRELICHE DEVERÁ POSSUIR GRADE DE SEGURANÇA NA CAMA SUPERIOR, ESCADA DE SEGURANÇA E CAMA AUXILIAR COM RODIZIO FIXO. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 182CM X 205CM X 101CM, PÉS 65X65MM, PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	18
5	620627	GUARDA ROUPA, COM ESTRUTURA EM MDP. DEVERÁ CONTER 8 PORTAS, 4 GAVETAS. PORTAS ARTICULADAS COM DOBRADIÇA METÁLICA, GAVETAS COM CORREDIÇA METÁLICA, PUXADORES EM ABS, CABIDEIRO EM ALUMÍNIO E ACABAMENTO FOSCO. MEDINDO APROXIMADAMENTE (L X A X P): 238,8 X 224 X 46,3 CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR. POSSÍVEIS CORES: JATOBÁ, FREIJÓ COM BAUNILHA, BRANCO, AREIA, GRAFITE (SERÁ DEFINIDO NO SOLICITAÇÃO).	UNIDADE	16
6	463046	MESA DE CABECEIRA COM 3 GAVETAS. MATERIAL: MDP. PÉS EM PLÁSTICO ANTIUMIDADE, PINTURA EM UV. MEDINDO APROXIMADAMENTE (P X L X A): 33,5 X 40 X 59CM. POSSÍVEIS CORES: JATOBÁ, FREIJÓ COM BAUNILHA, BRANCO, AREIA E/OU GRAFITE (SERÁ DEFINIDO NO SOLICITAÇÃO). PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	36
7	207407	CÔMODA DE 4 GAVETAS, MATERIAL: MDP. POSSÍVEIS CORES: JATOBÁ, FREIJÓ COM BAUNILHA, BRANCO, AREIA, GRAFITE (SERÁ DEFINIDO NO SOLICITAÇÃO). MEDINDO APROXIMADAMENTE (L X A): 92CM X 104CM, PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR. PROFUNDIDADE 45CM.	UNIDADE	13
8	622402	SOFÁ DE 3 LUGARES. MATERIAL IMPERMEÁVEL E EM MADEIRA. MATERIAL DE PREENCHIMENTO: ESPUMA D26. PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 400KG. POSSÍVEIS CORES: BEGE, CINZA, AZUL ESCURO E/OU GRAFITE. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 85 (A) X 200 (L) X 80 (P) CM.	UNIDADE	12

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



51

		PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.		
9	438771	POLTRONA COM ENCOSTO RECLINÁVEL, COM REVESTIMENTO EM TECIDO. MATERIAL: MADEIRA, PLÁSTICO, TECIDO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 100P X 90L X 106A CENTÍMETROS. ASSENTO: ESPUMA D28. PESO SUPORTADO: 150KG. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR. POSSÍVEIS CORES: MARROM, AZUL ESCURO, PRETO.	UNIDADE	12
10	623852	CADEIRA DE BALANÇO EM MACARRÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (AXLXC) 110 X 59 X 72 CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR. POSSÍVEIS CORES: AZUL ESCURO, VERMELHO, VERDE, LILÁS E/OU MARROM.	UNIDADE	15
11	481263	MESA REDONDA COM 6 CADEIRAS DE MADEIRA MACIÇA DE BOA QUALIDADE. MATERIAL: PERoba ROSA. DIMENSÕES APROXIMADAS DA MESA: 150CMX80CM (LXA). DIÂMETRO: 150CM. DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: L:0,40 X P:0,40 X A:0,98M (L X P X A). PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	5
12	15325	MESA DE REFEIÇÃO COM 10 CADEIRAS. MATERIAL: MADEIRA MACIÇA. DIMENSÕES APROXIMADAS DA MESA: 0,80CMX2,5MX1M (AXCXL). DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: 97CMX40CMX40CM (AXCXL). PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	8
13	610459	CONJUNTO SAMAMBAIA: COMPOSTO POR UM BANCO E 2 DUAS POLTRONAS. MATERIAL: ALUMÍNIO FUNDIDO. MEDINDO APROXIMADAMENTE: POLTRONAS: 84 CM DE ALTURA X 37 CM DE PROFUNDIDADE X 64 CM DE LARGURA. BANCO: 82,5 CM DE ALTURA X 38 CM DE PROFUNDIDADE X 1,34 M DE COMPRIMENTO. COR: BRANCO. PINTURA: ELETROSTÁTICA. PESO SUPORTADO: ATÉ 130KG. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	CONJUNTO	13
14	291492	CONJUNTO DE MESA E CADEIRAS PARA COZINHA, POSSUI 1 MESA E 6 CADEIRAS, COM DESIGN MODERNO, MÓVEIS DE QUALIDADE E CONFORTO. COR: BRANCO. MATERIAL: MESA EM AÇO CARBONO COM TAMPO GRANITO BRANCO OU SIMILAR, CADEIRAS COM ASSENTO EM ESPUMA D-13 REVESTIDA EM ESTAMPA, TODOS OS TUBOS MESA E CADEIRAS NA COR BRANCA. DIMENSÃO APROXIMADAS DO PRODUTO: 77X75X140 CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO). GARANTIA MÍNIMA 03 MESES DE FABRICAÇÃO.	CONJUNTO	7
15	444994	ARMÁRIO DE COZINHA, COM 5 PORTAS E 4 GAVETAS. MATERIAL EM AÇO, REVESTIMENTO PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TRATADO COMO PROTEÇÃO ANTIFERRUGEM, ANTICORROSÃO. AS GAVETAS POSSUEM ROLDANAS DESLIZANTES E OS PÉS DO BALCÃO SÃO REGULÁVEIS, PODENDO SER NIVELADOS CONFORME O PISO, O TAMPO POSSUI ACABAMENTO EM FORMICA E SUPORTA TEMPERATURA DE ATÉ 100°C. DIMENSÕES APROXIMADAS (L x A x PHOS x 194 x 45 cm). OBS: ESTE ITEM DEVERA SER ENTREGUE INSTALADO NO LOCAL INDICADO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	8
16	271496	BERÇO EM MADEIRA ENVERNIZADA NA COR BRANCA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 132CMX79,5L. COM SUPORTE ATÉ 50KG. COM COLCHÃO REVESTIMENTO 100% POLIÉSTER. PLACA DE ESPUMA 100% POLIURETANO. UM DOS LADOS COM REVESTIMENTO EM PLÁSTICO IMPERMEÁVEL. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	9
17	150996	CERCADO CHIQUEIRINHO INFANTIL ATÉ 30KG COM MOSQUITEIRO NA COR NEUTRA, EM ESPUMA, FORMA RETANGULAR, DOBRÁVEL, COM SISTEMA ANTIDERRAPANTE. IDADE RECOMENDADA: 12 MESES A 2 ANOS.	UNIDADE	10

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro

Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



18	615288	CARRINHO BEBÊ MATERIAL AÇO. CAPACIDADE: 15KG, NA COR PRETA, COM 4 RODAS DIANTEIRAS GIRATÓRIAS E 4 TRASEIRAS FIXAS, CINTO DE SEGURANÇA, CESTO E FREIO.	UNIDADE	10
19	438771	POLTRONA DE AMAMENTAÇÃO FIXA, EM MADEIRA, REVESTIMENTO EM COURINO, COR BRANCO, ASSENTO COM ESPUMA D18, BRAÇOS COM ESPUMA D18, ENCOSTO COM ESPUMA D13, COM DIMENSÕES APROXIMADAS (A X L X P): 96CM X 69CM X 72CM. PESO: 24KG. ACOMPANHADA DE PUFF, EM MADEIRA, REVESTIMENTO EM COURINO, COR BRANCO E COM DIMENSÕES APROXIMADAS (A X L X P): 34 CM X: 34 CM X 30 CM PESO: 3 KG. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	6
20	336196	CADEIRA ALTA DE BEBÊ PARA ALIMENTAÇÃO REFEIÇÃO ATÉ 23 KG: MATERIAL: PLÁSTICO E AÇO INOXIDÁVEL. DIMENSÕES APROXIMADAS: 59P X 74L X 100A CM. NA COR BEGE E BRANCO. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	18
21	605536	BABÁ ELETRÔNICA, CÂMERA SEM FIO. DEVENDO CONTER VISÃO NOTURNA E TELA LCD DE NO MÍNIMO 3,2 POLEGADAS.	UNIDADE	6
22	604323	MESA DE PEBOLIM COM BONECOS DE POLIPROPILENO E BOLAS INCLuíDAS. MATERIAL DOS JOGADORES: POLIPROPILENO. COR DA MESA DE PEBOLIM: MOGNO. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 1.36M DE COMPRIMENTO X 0.78M DE LARGURA X 0.87M DE ALTURA. DEVERÁ CONTER 2 BOLAS. MATERIAIS DO PEBOLIM: MADEIRA. PESO: 40KG. IDADE MÍNIMA RECOMENDADA: 5 ANOS. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	13
23	15325	MESA REFEIÇÃO INFANTIL PLÁSTICO: CONJUNTO COM 1 TAMPO, ASSENTOS E 1 BASE DE PLÁSTICOS MONTÁVEL COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 81 CM X 86 L X 46,5. DEVERÁ SER COLORIDA, QUE SUPORTE ATÉ 45KG. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	6

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



53

ANEXO II
DESCRIÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	331857	CAMA DE SOLTEIRO EM MADEIRA MACIÇA DE BOA QUALIDADE E ENVERNIZADA, SEM RACHADURAS, TODA PARAFUSADA, EXCETO O ESTRADO. O ESTRADO DEVE SER DE ENCAIXE SOBRE A PEÇA DE MADEIRA NA LATERAL DA CAMA. CAMA RESISTENTE, QUE SUPORTA ATÉ 150KG. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 22CM X 92CM X 192CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	41	R\$ 971,12	R\$ 39.815,92
2	207054	CAMA DE CASAL EM MADEIRA MACIÇA DE BOA QUALIDADE E ENVERNIZADA, SEM RACHADURAS, TODA PARAFUSADA, EXCETO O ESTRADO. O ESTRADO DEVE SER DE ENCAIXE SOBRE A PEÇA DE MADEIRA NA LATERAL DA CAMA. CAMA RESISTENTE, QUE SUPORTA ATÉ 300KG. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 138X188CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	3	R\$ 1.207,75	R\$ 3.623,25
3	613982	BELICHE SOLTEIRO REFORÇADO PARA COLCHÃO 88X188CM. COM ACABAMENTO EM PINTURA UV, PÉS COM PROTETOR DE UMIDADE. A BELICHE TAMBÉM PODE VIRAR DUAS CAMAS DE SOLTEIRO. POSSUI GRADE SUPERIOR E ESCADA FIXADAS COM PARAFUSOS. MEDINDO APROXIMADAMENTE: ALTURA: 156CM. LARGURA: 94CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	14	R\$ 1.233,56	R\$ 17.269,84
4	461027	TRELICHE SOLTEIRO REFORÇADO PARA COLCHÃO 88X188CM. O ESTRADO DEVERÁ SER DE ENCAIXE SOBRE A PEÇA DE MADEIRA NA PARTE LATERAL DO TRELICHE. RESISTENTE SUPORTANDO ATÉ 100KG. O TRELICHE DEVERÁ POSSUIR GRADE DE SEGURANÇA NA CAMA SUPERIOR, ESCADA DE SEGURANÇA E CAMA AUXILIAR COM RODIZIO FIXO. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 182CM X 205CM X 101CM, PÉS 65X65MM, PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	18	R\$ 1.583,53	R\$ 28.503,54
5	620627	GUARDA ROUPA, COM ESTRUTURA EM MDP. DEVERÁ CONTER 8 PORTAS, 4 GAVETAS. PORTAS ARTICULADAS COM DOBRADIÇA METÁLICA, GAVETAS COM CORREDIÇA METÁLICA, PUXADORES EM ABS, CABIDEIRO EM ALUMÍNIO E ACABAMENTO FOSCO. MEDINDO APROXIMADAMENTE (L X A X P): 238,8 X 224 X 46,3 CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR. POSSÍVEIS CORES: JATOBÁ,	UNIDADE	16	R\$ 2.084,41	R\$ 33.350,56

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



		FREIJÓ COM BAUNILHA, BRANCO, AREIA, GRAFITE (SERÁ DEFINIDO NO SOLICITAÇÃO).				
6	463046	MESA DE CABECEIRA COM 3 GAVETAS. MATERIAL: MDP. PÉS EM PLÁSTICO ANTIUMIDADE, PINTURA EM UV. MEDINDO APROXIMADAMENTE (P X L X A): 33,5 X 40 X 59CM. POSSÍVEIS CORES: JATOBÁ, FREIJÓ COM BAUNILHA, BRANCO, AREIA E/OU GRAFITE (SERÁ DEFINIDO NO SOLICITAÇÃO). PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	36	R\$ 546,88	R\$ 19.687,68
7	207407	CÔMODA DE 4 GAVETAS, MATERIAL: MDP. POSSÍVEIS CORES: JATOBÁ, FREIJÓ COM BAUNILHA, BRANCO, AREIA, GRAFITE (SERÁ DEFINIDO NO SOLICITAÇÃO). MEDINDO APROXIMADAMENTE (L X A): 92CM X 104CM, PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR. PROFUNDIDADE 45CM.	UNIDADE	13	R\$ 1.012,08	R\$ 13.157,04
8	622402	SOFÁ DE 3 LUGARES. MATERIAL IMPERMEÁVEL E EM MADEIRA. MATERIAL DE PREENCHIMENTO: ESPUMA D26. PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 400KG. POSSÍVEIS CORES: BEGE, CINZA, AZUL ESCURO E/OU GRAFITE. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 85 (A) X 200 (L) X 80 (P) CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	12	R\$ 2.654,80	R\$ 31.857,60
9	438771	POLTRONA COM ENCOSTO RECLINÁVEL, COM REVESTIMENTO EM TECIDO. MATERIAL: MADEIRA, PLÁSTICO, TECIDO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 100P X 90L X 106A CENTÍMETROS. ASSENTO: ESPUMA D28. PESO SUPORTADO: 150KG. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR. POSSÍVEIS CORES: MARROM, AZUL ESCURO, PRETO.	UNIDADE	12	R\$ 1.871,95	R\$ 22.463,40
10	623852	CADEIRA DE BALANÇO EM MACARRÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (AXLXC) 110 X 59 X 72 CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR. POSSÍVEIS CORES: AZUL ESCURO, VERMELHO, VERDE, LILÁS E/OU MARROM.	UNIDADE	15	R\$ 400,43	R\$ 6.006,45
11	481263	MESA REDONDA COM 6 CADEIRAS DE MADEIRA MACIÇA DE BOA QUALIDADE. MATERIAL: PERoba ROSA. DIMENSÕES APROXIMADAS DA MESA: 150CMX80CM (LXA). DIÂMETRO: 150CM. DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: L:0,40 X P:0,40 X A:0,98M (L X P X A). PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	5	R\$ 3.765,77	R\$ 18.828,85
12	15325	MESA DE REFEIÇÃO COM 10 CADEIRAS. MATERIAL: MADEIRA MACIÇA. DIMENSÕES APROXIMADAS DA MESA: 0,80CMX2,5MX1M (AXCXL). DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: 97CMX40CMX40CM (AXCXL). PARA FINS DE	UNIDADE	8	R\$ 5.146,28	R\$ 41.170,24

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



		APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.				
13	610459	CONJUNTO SAMAMBAIA: COMPOSTO POR UM BANCO E 2 DUAS POLTRONAS. MATERIAL: ALUMÍNIO FUNDIDO. MEDINDO APROXIMADAMENTE: POLTRONAS: 84 CM DE ALTURA X 37 CM DE PROFUNDIDADE X 64 CM DE LARGURA. BANCO: 82,5 CM DE ALTURA X 38 CM DE PROFUNDIDADE X 1,34 M DE COMPRIMENTO. COR: BRANCO. PINTURA: ELETROSTÁTICA. PESO SUPOSTADO: ATÉ 130KG. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	CONJUNTO	13	R\$ 3.591,47	R\$ 46.689,11
14	291492	CONJUNTO DE MESA E CADEIRAS PARA COZINHA, POSSUI 1 MESA E 6 CADEIRAS, COM DESIGN MODERNO, MÓVEIS DE QUALIDADE E CONFORTO. COR: BRANCO. MATERIAL: MESA EM AÇO CARBONO COM TAMPO GRANITO BRANCO OU SIMILAR, CADEIRAS COM ASSENTO EM ESPUMA D-13 REVESTIDA EM ESTAMPA, TODOS OS TUBOS MESA E CADEIRAS NA COR BRANCA. DIMENSÃO APROXIMADAS DO PRODUTO: 77X75X140 CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO). GARANTIA MÍNIMA 03 MESES DE FABRICAÇÃO.	CONJUNTO	7	R\$ 1.359,84	R\$ 9.518,88
15	444994	ARMÁRIO DE COZINHA, COM 5 PORTAS E 4 GAVETAS. MATERIAL EM AÇO, REVESTIMENTO PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TRATADO COMO PROTEÇÃO ANTIFERRUGEM, ANTICORROSÃO. AS GAVETAS POSSUEM ROLDANAS DESLIZANTES E OS PÉS DO BALCÃO SÃO REGULÁVEIS, PODENDO SER NIVELADOS CONFORME O PISO, O TAMPO POSSUI ACABAMENTO EM FORMICA E SUPORTA TEMPERATURA DE ATÉ 100°C. DIMENSÕES APROXIMADAS (L x A x PHOS x 194 x 45 cm). OBS: ESTE ITEM DEVERA SER ENTREGUE INSTALADO NO LOCAL INDICADO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	8	R\$ 1.692,94	R\$ 13.543,52
16	271496	BERÇO EM MADEIRA ENVERNIZADA NA COR BRANCA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 132CMX79,5L. COM SUPORTE ATÉ 50KG. COM COLCHÃO REVESTIMENTO 100% POLIÉSTER. PLACA DE ESPUMA 100% POLIURETANO. UM DOS LADOS COM REVESTIMENTO EM PLÁSTICO IMPERMEÁVEL. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	9	R\$ 1.134,44	R\$ 10.209,96
17	150996	CERCADO CHIQUERINHO INFANTIL ATÉ 30KG COM MOSQUITEIRO NA COR NEUTRA, EM ESPUMA, FORMA RETANGULAR, DOBRÁVEL, COM SISTEMA ANTIDERRAPANTE. IDADE RECOMENDADA: 12 MESES A 2 ANOS.	UNIDADE	10	R\$ 454,15	R\$ 4.541,50
18	615288	CARRINHO BEBÊ MATERIAL AÇO. CAPACIDADE: 15KG, NA COR PRETA, COM 4 RODAS DIANTEIRAS GIRATÓRIAS E 4 TRASEIRAS FIXAS, CINTO DE SEGURANÇA, CESTO E FREIO.	UNIDADE	10	R\$ 871,19	R\$ 8.711,90

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS)

Superintendência de Processos

Gerência de Compras



19	438771	POLTRONA DE AMAMENTAÇÃO FIXA, EM MADEIRA, REVESTIMENTO EM COURINO, COR BRANCO, ASSENTO COM ESPUMA D18, BRAÇOS COM ESPUMA D18, ENCOSTO COM ESPUMA D13, COM DIMENSÕES APROXIMADAS (A X L X P): 96CM X 69CM X 72CM. PESO: 24KG. ACOMPANHADA DE PUFF, EM MADEIRA, REVESTIMENTO EM COURINO, COR BRANCO E COM DIMENSÕES APROXIMADAS (A X L X P): 34 CM X: 34 CM X 30 CM PESO: 3 KG. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	6	R\$ 1.025,58	R\$ 6.153,48
20	336196	CADEIRA ALTA DE BEBÊ PARA ALIMENTAÇÃO REFEIÇÃO ATÉ 23 KG: MATERIAL: PLÁSTICO E AÇO INOXIDÁVEL. DIMENSÕES APROXIMADAS: 59P X 74L X 100A CM. NA COR BEGE E BRANCO. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	18	R\$ 434,32	R\$ 7.817,76
21	605536	BABÁ ELETRÔNICA, CÂMERA SEM FIO. DEVENDO CONTER VISÃO NOTURNA E TELA LCD DE NO MÍNIMO 3,2 POLEGADAS.	UNIDADE	6	R\$ 352,82	R\$ 2.116,92
22	604323	MESA DE PEBOLIM COM BONECOS DE POLIPROPILENO E BOLAS INCLUÍDAS. MATERIAL DOS JOGADORES: POLIPROPILENO. COR DA MESA DE PEBOLIM: MOGNO. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 1.36M DE COMPRIMENTO X 0.78M DE LARGURA X 0.87M DE ALTURA. DEVERÁ CONTER 2 BOLAS. MATERIAIS DO PEBOLIM: MADEIRA. PESO: 40KG. IDADE MÍNIMA RECOMENDADA: 5 ANOS. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	13	R\$ 1.381,32	R\$ 17.957,16
23	15325	MESA REFEIÇÃO INFANTIL PLÁSTICO: CONJUNTO COM 1 TAMPO, ASSENTOS E 1 BASE DE PLÁSTICOS MONTÁVEL COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 81 CM X 86 L X 46,5. DEVERÁ SER COLORIDA, QUE SUPORTE ATÉ 45KG. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	6	R\$ 573,61	R\$ 3.441,66
VALOR TOTAL						R\$ 406.436,22

E-mail: compras.semads@gmail.com

Telefone: (95) 98413-6826

Avenida Major Williams, 1687 – Centro
Boa Vista-RR | CEP: 69.301-365

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS 3 USUÁRIOS

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 3466A561B



Prefeitura Municipal de
Boa Vista



Sistema de Serviços
ao Cidadão

REGISTROS DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

O arquivo tr.pdf do documento **00000.9.276076/2026** foi assinado pelos signatários:

DADOS DO SIGNATÁRIO	DADOS DA ASSINATURA
THAIONA PINHO CORREA DE MELO 008.341.042-29	19/05/2026 12:37:40 LOGIN E SENHA
ALINNE BIANCA LIMA DE SOUZA 002.126.212-89	19/05/2026 14:25:29 LOGIN E SENHA
CIRLENE GUERRA 022.267.149-10	20/05/2026 09:15:18 LOGIN E SENHA
GABRIEL SOUSA DE PAULA 683.740.972-72	20/05/2026 14:47:07 LOGIN E SENHA
SHEYLA SANTANA MEDEIROS 861.723.952-20	24/05/2026 21:42:10 LOGIN E SENHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMBV/Nº 00000 __(SIGLA DA SECRETARIA __)/2026**

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na Rua: General Penha Brasil nº 1011 – Bairro: São Francisco, nesta cidade, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE _____ - __(SIGLA DA SECRETARIA)__,** neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de _____, o(a) Senhor(a) _____, matrícula nº _____, residente e domiciliado(a) nesta Capital, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a Empresa _____, com sede na _____, nº _____, bairro _____, no Município de _____ - _____ inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominada **FORNECEDORA REGISTRADA**, neste ato representado pelo(a) seu(ua) sócio(a) administrador(a), o(a) Sr(a) _____, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001943/2026 - SEMADS** e em observância às disposições da Lei Federal n. 14.133/2021, do Decreto Municipal n. 083/E, de 11 de agosto de 2025, do Decreto Municipal n. 093/E, de 26 de agosto de 2025, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar a presente **ATA DE REGISTO DE PREÇOS PMBV/Nº 00000-__(SIGLA DA SECRETARIA)__/2026**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90069/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEMADS)**, de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico supracitado, os quais integram a presente Ata.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un.	Prazo garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (art.101, Decreto Municipal nº 083/2025).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



3.1 – A presente Ata será gerenciada pelo(a):

Órgão Gerenciador
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS

3.2 – A especificação do objeto e quantitativos, a serem adquiridos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, serão os constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, Anexo I do Edital, do(a) **Pregão Eletrônico nº 90069/2026**, os quais integram a presente Ata;

3.3 – É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, nos termos do artigo 82, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e/ou entidades que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23, da Lei nº 14.133/2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 - A utilização de ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador, o qual levará em consideração a observância dos limites individual e global previstos no Decreto Municipal nº 093/E2025, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala;

4.2.1 - A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor ou prestador de serviço registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.

4.3 - As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com os seguintes documentos:

- a) documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante por meio do ETP;
- b) nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;
- c) autorização expressa do órgão gerenciador;
- d) autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no item 4.2.1;
- e) justificativa da vantajosidade de adesão;
- f) demonstrativo da vantajosidade dos preços registrados;
- g) justificativa da adesão de item isolado pertencente a um grupo.

4.3.1 - A solicitação de adesão deverá estabelecer de forma clara o quantitativo do objeto que se pretende contratar, com base em técnicas estimativas que considerarão, quando possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

4.4 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até **quarenta e cinco dias**, observado o prazo de vigência da ata, conforme §8º do art. 54 do Decreto Municipal n.º 093/E de 26 de agosto de 2025;

4.4.1 - O prazo previsto no **item 4.4** poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

4.5 - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes;

4.5.1- Observada a justificativa de excepcionalidade mencionada no §1º do art. 55 Decreto Municipal n.º 093/E de 26 de agosto de 2025, os órgãos e entidades municipais não participantes poderão aderir, até cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ARP.

4.6 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na **totalidade**, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços;

4.6.1 - Para aquisição emergencial de medicamentos e de material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o **item 4.6**.

4.7 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o **item 4.6**, desde que:

- a) seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal;
- b) seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA:

5.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, caso exista saldo a ser contratado na ata, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de preços que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 17, inciso IV, do Decreto Municipal nº 093/2025;

5.2 – Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro de preço observarão os limites previstos no Capítulo V, do Título III, da Lei nº 14.133/2021;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

5.3 - Na formalização do contrato ou do instrumento hábil para a assunção efetiva do compromisso, será exigida a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos. (artigo 31, § 2º, do Decreto Municipal nº 083/2025);

5.4 - A contratação com os fornecedores ou prestadores de serviço registrados será formalizada pelo órgão ou entidade demandante, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei 14.133/2021;

5.5 - A não utilização de ata de registro vigente deverá ser devidamente justificada pelo órgão ou entidade demandante ao órgão gerenciador com fundamento na superveniente perda da vantajosidade dos preços registrados ou inadequação do objeto à necessidade administrativa atual;

5.6 - Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da ata de registro de preços, observando-se o seguinte:

- a) o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados nos meios eletrônicos oficiais e ficarão disponibilizados durante a vigência da ata de registro de preços;
- b) quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da ata; e
- c) os órgãos não participantes do registro de preços, quando da necessidade de contratação, deverão recorrer ao órgão gerenciador da ata de registro de preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

5.7 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro de reserva, respeitada a sequência da classificação do certame;

5.8 - O **cadastro de reserva**, quando houver, será incluído na ARP, na forma de anexo, com o registro: (art. 25, §1º do Decreto Municipal nº 093/2025).

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

5.8.1 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do item 5.8 desta Ata de Registro de Preços.

5.9 - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente;

5.10 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do **item 5.7**, a Secretaria Municipal de Licitações e Compras - SMLIC ou entidade da Administração Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

6.1 – Além do disposto no art. 24 em diante do Decreto Municipal nº 093/E 2025, também serão aplicados os seguintes procedimentos;

6.2 – O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.3 - As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021;

6.4 - A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos;

6.5 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

6.6 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

6.7 - A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos contratantes que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados;

6.8 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação;

6.9 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, e desde que observados os requisitos:

a) a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

b) a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

c) seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.9.1 - A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido;

6.9.2 - Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital;

6.9.3 - Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no **subitem 6.9.2**, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

6.9.4 - Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o órgão gerenciador poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado;

6.9.5 - Como alternativa à atualização prevista no **subitem 6.9.4**, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade;

6.9.6 - Liberado o fornecedor na forma do **subitem 6.9.5**, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado;

6.9.7- Na hipótese de não haver cadastro de reserva, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório;

6.9.8- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

CLÁUSULA SÉTIMA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços. (artigo 48, do Decreto Municipal nº 093/E 2025);

7.2 - O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento de que trata a **alínea “a”**;

7.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §2º e §3º, do art. 48, do Decreto Municipal Nº 093/E - 2025;

7.5 - Para fins do disposto na **alínea “b”**, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados;

7.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

8.1 - O registro de preços do fornecedor ou prestador do serviço será cancelado quando:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

- a) for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- c) o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;
- d) estiverem presentes razões de interesse público;
- e) restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior;
- f) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 - Na hipótese prevista no inciso IV do caput, da referida Lei, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

8.1.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no **item 8.1**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

8.1.3 - Na hipótese do cancelamento do registro de preços do fornecedor ou prestador de serviços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores/prestadores de serviços integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração. (artigo 25, I c/c art. 26 Caput, todos do Decreto Municipal nº 093/E de 2025).

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital) e no **Edital de Licitação Pregão Eletrônico para Registro de Preços**;

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade. (art. 61 do Decreto Municipal nº 093/E de 2025);

9.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **item 8.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor. (art. 35, § 4, do Decreto Municipal nº 093/E de 2025).

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital) e no **Edital de Licitação Pregão Eletrônico para Registro de Preços**;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



10.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (____) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Boa Vista – RR, ____ de _____ de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

PELA FORNECEDORA REGISTRADA:

TESTEMUNHAS:

1. CIC:
2. CIC:

ANEXO I – CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
 VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS – UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301****ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
____/____, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE BOA VISTA, POR
INTERMÉDIO DO(A) _____ E
_____.

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **MARCELO ZEITOUNE**, mediante interveniência da (SECRETARIA), representada pelo seu Secretário titular, nomeado(a) pela Portaria nº ____/____, de ____ de ____ de 20____, o Sr. (Nome), (Matrícula Funcional nº ____), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 001943/2026 - SEMADS** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 083/2025 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 90069/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1– CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEMADS)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Fundamenta-se a presente contratação nos termos dispostos na Lei Federal 14.133/2021), pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Federal n.º 10.024/2019, pelo Decreto Municipal nº 083/2025, pela IN SEGES/ME nº 73/2022 e suas alterações. Processo administrativo nº. **001943/2026 - SEMADS**. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



- 1.3.2 O Edital da Licitação;
 1.3.3 A Proposta do contratado;
 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2- CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato decorrente desta contratação **terá vigência de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, conforme previsão em edital, observando-se, no momento da contratação e ao longo de sua execução, a disponibilidade de créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021, conforme consta nos **subitem 8.1.1 e 8.1.2 do Termo de Referência** (Anexo I do Edital);

2.1.1. Nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021, caso o objeto contratado não seja concluído no prazo de vigência estabelecido, este será automaticamente prorrogado até a sua integral conclusão, sem prejuízo da apuração de responsabilidade da contratada, quando a não conclusão decorrer de sua culpa.

2.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento;

2.1.3. A despeito da previsão acima, a autoridade demandante e a gestão contratual deverão diligenciar para que seja formalizado termo aditivo de prorrogação previamente à extinção do prazo contratual.

2.2. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

3- CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **TERMO DE REFERÊNCIA** (Anexo I do Edital).

4- CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será **admitida** a subcontratação do objeto contratual, conforme **subitem 6.1 e subitens do Termo de Referência** (Anexo I do edital).

5- CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



5.1. DO PREÇO

5.1.1. O valor desta contratação é de R\$ _____ (_____).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS/SEMADS), em até o **30 (trinta) dias corridos**, após a liquidação da Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/DANFE ou documento equivalente), devidamente atestada pelo(s) fiscal(is), conforme consta no **subitem 9.2.1 do Termo de Referência** (Anexo I do Edital);

5.2.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação equivalente;

5.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos documentos pertinentes à contratação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente por parte da Contratada, decorrente de inadimplência ou penalidade imposta, o pagamento ficará sobrestado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras;

5.2.4. Nas hipóteses previstas no **item 5.2.1**, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação por parte da Contratada, não acarretando ônus à Contratante;

5.2.5. Quaisquer valores devidos pela CONTRATANTE, não pagos nas datas de seus respectivos vencimentos, por sua culpa, serão atualizados financeiramente desde a data devida até a data do efetivo pagamento, tendo como base o artigo 406 do Código Civil, pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = [(Taxa SELIC/30) x N] x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

Taxa SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

30 = número de dias do mês civil;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

5.2.6. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I deste Edital).

6 – CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (ART. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da **data do orçamento estimado em 24/02/2026**, conforme **subitem 9.3.1 do Termo de Referência** (Anexo I do Edital);

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
 Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

6.2. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, se houver solicitação ou ressalva ao direito de reajuste pelo contratado, até antes da celebração do aditamento de vigência, sendo considerado o silêncio como renúncia ou preclusão lógica;

6.3. Em caso de solicitação de reajuste pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

6.4. Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cujo fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado;

6.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

6.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

6.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

6.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

6.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

6.10. O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria-Geral do Município;

6.11. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

7– CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

7.8. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

7.10. A Administração terá o prazo de **1 (UM MÊS)**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (UM MÊS)**;

7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

7.13. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

8- CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Termo de Referência e demais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações e Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

8.3. Excepcionalmente, a contratada poderá solicitar prorrogação do prazo de entrega, mediante justificativa formal apresentada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, ficando a análise e decisão a critério da Administração, conforme **subitem 7.3.4 do Termo de Referência** (Anexo I do Edital);

8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301**

8.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.10. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

9 - CLÁUSULA NONA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes no **subitem 6.2 e subitens do Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

10-CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DO OBJETO (ART. 92, XIII)

10.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, **ou pelo prazo fornecido pelo fabricante**, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, conforme consta no **subitem 7.7.1 do Termo de Referência** (Anexo I do Edital);

10.2. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital) e na **Minuta do Contrato** (Anexo III do Edital).

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que praticar quaisquer das ações descritas nos incisos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021:

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações citadas as seguintes sanções:

I – Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

II – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas II a VII do caput do artigo 155 sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas VIII a XII do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas II a VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV – Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias corridos;

I. O atraso superior a **30 (trinta) dias corridos** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, estabelecida por decisão da autoridade máxima do órgão.

11.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as outras modalidades de sanções. Além disso, a aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.5. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante;

11.6. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital).

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. O custo da presente aquisição correrá pela seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária:

31.01;

Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00;

Fonte de Recursos: 500 – Recursos não vinculados.

Gestão do Abrigo do Idoso

Função Programática: 08.241.0049

Ação: 2466.0000;

Gestão do Serviço de Acolhimento Infantil Condomínio Pedra Pintada

Função Programática: 08.243.0049

Ação: 2458.0000;

Gestão do Projeto Crescer

Função Programática: 08.243.0049

Ação: 2474.0000;

Gestão Administrativa do SUAS

Função Programática: 08.122.0046

Ação: 2455.0000;

Gestão dos Conselhos Tutelares de Boa Vista

Função Programática: 08.122.0046

Ação: 2461.0000.

Tendo sido emitida as Notas de Empenho nº. ___, de ___/___/202___, no valor de R\$ _____
 (_____);

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Município de Boa Vista, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 083/2025 e, subsidiariamente, segundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED****DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC****UASG: 980301**

as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria-Geral do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16.2. Compete ao gestor do contrato providenciar a publicação do extrato de eventuais termos aditivos nos meios eletrônicos oficiais, bem como o lançamento dos dados respectivos no Portal Nacional de Contratações Públicas. (art. 129 do Decreto Municipal nº 083/2025).

17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Boa Vista para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

Representante legal do CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCED
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.
Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA / PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO N.º 001943/2026 – SEMADS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90069/2026

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEMADS).

EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ITEM	MARCA	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		CAMA DE SOLTEIRO EM MADEIRA MACIÇA DE BOA QUALIDADE E ENVERNIZADA, SEM RACHADURAS, TODA PARAFUSADA, EXCETO O ESTRADO. O ESTRADO DEVE SER DE ENCAIXE SOBRE A PEÇA DE MADEIRA NA LATERAL DA CAMA. CAMA RESISTENTE, QUE SUPORTA ATÉ 150KG. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 22CM X 92CM X 192CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	41		
2		CAMA DE CASAL EM MADEIRA MACIÇA DE BOA QUALIDADE E ENVERNIZADA, SEM RACHADURAS, TODA PARAFUSADA, EXCETO O ESTRADO. O ESTRADO DEVE SER DE ENCAIXE SOBRE A PEÇA DE MADEIRA NA LATERAL DA CAMA. CAMA RESISTENTE, QUE SUPORTA ATÉ 300KG. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 138X188CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS	UNIDADE	3		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



		PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.				
3		BELICHE SOLTEIRO REFORÇADO PARA COLCHÃO 88X188CM. COM ACABAMENTO EM PINTURA UV, PÉS COM PROTETOR DE UMIDADE. A BELICHE TAMBÉM PODE VIRAR DUAS CAMAS DE SOLTEIRO. POSSUI GRADE SUPERIOR E ESCADA FIXADAS COM PARAFUSOS. MEDINDO APROXIMADAMENTE: ALTURA: 156CM. LARGURA: 94CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	14		
4		TRELICHE SOLTEIRO REFORÇADO PARA COLCHÃO 88X188CM. O ESTRADO DEVERÁ SER DE ENCAIXE SOBRE A PEÇA DE MADEIRA NA PARTE LATERAL DO TRELICHE. RESISTENTE SUPORTANDO ATÉ 100KG. O TRELICHE DEVERÁ POSSUIR GRADE DE SEGURANÇA NA CAMA SUPERIOR, ESCADA DE SEGURANÇA E CAMA AUXILIAR COM RODÍZIO FIXO. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 182CM X 205CM X 101CM, PÉS 65X65MM, PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	18		
5		GUARDA ROUPA, COM ESTRUTURA EM MDP. DEVERÁ CONTER 8 PORTAS, 4 GAVETAS. PORTAS ARTICULADAS COM DOBRADIÇA METÁLICA, GAVETAS COM CORREDIÇA METÁLICA, PUXADORES EM ABS, CABIDEIRO EM ALUMÍNIO E ACABAMENTO FOSCO. MEDINDO APROXIMADAMENTE (L X A X P): 238,8 X 224 X 46,3 CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR. POSSÍVEIS CORES: JATOBÁ, FREIJÓ COM BAUNILHA, BRANCO, AREIA, GRAFITE (SERÁ DEFINIDO NO SOLICITAÇÃO).	UNIDADE	16		
6		MESA DE CABECEIRA COM 3 GAVETAS. MATERIAL:	UNIDADE	36		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



		MDP. PÉS EM PLÁSTICO ANTIUMIDADE, PINTURA EM UV. MEDINDO APROXIMADAMENTE (P X L X A): 33,5 X 40 X 59CM. POSSÍVEIS CORES: JATOBÁ, FREIJÓ COM BAUNILHA, BRANCO, AREIA E/OU GRAFITE (SERÁ DEFINIDO NO SOLICITAÇÃO). PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.				
7		CÔMODA DE 4 GAVETAS, MATERIAL: MDP. POSSÍVEIS CORES: JATOBÁ, FREIJÓ COM BAUNILHA, BRANCO, AREIA, GRAFITE (SERÁ DEFINIDO NO SOLICITAÇÃO). MEDINDO APROXIMADAMENTE (L X A): 92CM X 104CM, PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR. PROFUNDIDADE 45CM.	UNIDADE	13		
8		SOFÁ DE 3 LUGARES. MATERIAL IMPERMEÁVEL E EM MADEIRA. MATERIAL DE PREENCHIMENTO: ESPUMA D26. PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 400KG. POSSÍVEIS CORES: BEGE, CINZA, AZUL ESCURO E/OU GRAFITE. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 85 (A) X 200 (L) X 80 (P) CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	12		
9		POLTRONA COM ENCOSTO RECLINÁVEL, COM REVESTIMENTO EM TECIDO. MATERIAL: MADEIRA, PLÁSTICO, TECIDO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 100P X 90L X 106A CENTÍMETROS. ASSENTO: ESPUMA D28. PESO SUPOSTADO: 150KG. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR. POSSÍVEIS CORES: MARROM, AZUL ESCURO, PRETO.	UNIDADE	12		
10		CADEIRA DE BALANÇO EM MACARRÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (AXLXC) 110 X 59 X 72	UNIDADE	15		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



		CM. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR. POSSÍVEIS CORES: AZUL ESCURO, VERMELHO, VERDE, LILÁS E/OU MARROM.				
11		MESA REDONDA COM 6 CADEIRAS DE MADEIRA MACIÇA DE BOA QUALIDADE. MATERIAL: PEROBA ROSA. DIMENSÕES APROXIMADAS DA MESA: 150CMX80CM (LXA). DIÂMETRO: 150CM. DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: L:0,40 X P:0,40 X A:0,98M (L X P X A). PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	5		
12		MESA DE REFEIÇÃO COM 10 CADEIRAS. MATERIAL: MADEIRA MACIÇA. DIMENSÕES APROXIMADAS DA MESA: 0,80CMX2,5MX1M (AXCXL). DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: 97CMX40CMX40CM (AXCXL). PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	8		
13		CONJUNTO SAMAMBAIA: COMPOSTO POR UM BANCO E 2 DUAS POLTRONAS. MATERIAL: ALUMÍNIO FUNDIDO. MEDINDO APROXIMADAMENTE: POLTRONAS: 84 CM DE ALTURA X 37 CM DE PROFUNDIDADE X 64 CM DE LARGURA. BANCO: 82,5 CM DE ALTURA X 38 CM DE PROFUNDIDADE X 1,34 M DE COMPRIMENTO. COR: BRANCO. PINTURA: ELETROSTÁTICA. PESO SUPORTADO: ATÉ 130KG. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	CONJUNTO	13		
14		CONJUNTO DE MESA E CADEIRAS PARA COZINHA, POSSUI 1 MESA E 6 CADEIRAS, COM DESIGN MODERNO, MÓVEIS DE QUALIDADE E CONFORTO.	CONJUNTO	7		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



		COR: BRANCO. MATERIAL: MESA EM AÇO CARBONO COM TAMPO GRANITO BRANCO OU SIMILAR, CADEIRAS COM ASSENTO EM ESPUMA D-13 REVESTIDA EM ESTAMPA, TODOS OS TUBOS MESA E CADEIRAS NA COR BRANCA. DIMENSÃO APROXIMADAS DO PRODUTO: 77X75X140 CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO). GARANTIA MÍNIMA 03 MESES DE FABRICAÇÃO.				
15		ARMÁRIO DE COZINHA, COM 5 PORTAS E 4 GAVETAS. MATERIAL EM AÇO, REVESTIMENTO PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TRATADO COMO PROTEÇÃO ANTIFERRUGEM, ANTICORROSÃO. AS GAVETAS POSSUEM ROLDANAS DESLIZANTES E OS PÉS DO BALCÃO SÃO REGULÁVEIS, PODENDO SER NIVELADOS CONFORME O PISO, O TAMPO POSSUI ACABAMENTO EM FORMICA E SUPORTA TEMPERATURA DE ATÉ 100°C. DIMENSÕES APROXIMADAS (L X A X PHOS X 194 X 45 CM). OBS: ESTE ITEM DEVERA SER ENTREGUE INSTALADO NO LOCAL INDICADO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	8		
16		BERÇO EM MADEIRA ENVERNIZADA NA COR BRANCA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 132CMX79,5L. COM SUPORTE ATÉ 50KG. COM COLCHÃO REVESTIMENTO 100% POLIÉSTER. PLACA DE ESPUMA 100% POLIURETANO. UM DOS LADOS COM REVESTIMENTO EM PLÁSTICO IMPERMEÁVEL. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	9		
17		CERCADO CHIQUEIRINHO INFANTIL ATÉ 30KG COM MOSQUITEIRO NA COR NEUTRA, EM ESPUMA, FORMA RETANGULAR, DOBRÁVEL, COM SISTEMA	UNIDADE	10		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



		ANTIDERRAPANTE. IDADE RECOMENDADA: 12 MESES A 2 ANOS.				
18		CARRINHO BEBÊ MATERIAL AÇO. CAPACIDADE: 15KG, NA COR PRETA, COM 4 RODAS DIANTEIRAS GIRATÓRIAS E 4 TRASEIRAS FIXAS, CINTO DE SEGURANÇA, CESTO E FREIO.	UNIDADE	10		
19		POLTRONA DE AMAMENTAÇÃO FIXA, EM MADEIRA, REVESTIMENTO EM COURINO, COR BRANCO, ASSENTO COM ESPUMA D18, BRAÇOS COM ESPUMA D18, ENCOSTO COM ESPUMA D13, COM DIMENSÕES APROXIMADAS (A X L X P): 96CM X 69CM X 72CM. PESO: 24KG. ACOMPANHADA DE PUFF, EM MADEIRA, REVESTIMENTO EM COURINO, COR BRANCO E COM DIMENSÕES APROXIMADAS (A X L X P): 34 CM X: 34 CM X 30 CM PESO: 3 KG. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	6		
20		CADEIRA ALTA DE BEBÊ PARA ALIMENTAÇÃO REFEIÇÃO ATÉ 23 KG: MATERIAL: PLÁSTICO E AÇO INOXIDÁVEL. DIMENSÕES APROXIMADAS: 59P X 74L X 100A CM. NA COR BEGE E BRANCO. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	18		
21		BABÁ ELETRÔNICA, CÂMERA SEM FIO. DEVENDO CONTER VISÃO NOTURNA E TELA LCD DE NO MÍNIMO 3,2 POLEGADAS.	UNIDADE	6		
22		MESA DE PEBOLIM COM BONECOS DE POLIPROPILENO E BOLAS INCLUÍDAS. MATERIAL DOS JOGADORES: POLIPROPILENO. COR DA MESA DE PEBOLIM: MOGNO. MEDINDO APROXIMADAMENTE: 1.36M DE COMPRIMENTO X 0.78M DE LARGURA X 0.87M DE ALTURA. DEVERÁ CONTER 2 BOLAS. MATERIAIS DO PEBOLIM: MADEIRA. PESO: 40KG.	UNIDADE	13		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho. Rua General Penha Brasil. 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE CENTRALIZAÇÃO DE DEMANDA -SUCUDE
DIVISÃO DE EDITAIS E INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS -DEIC
UASG: 980301



		IDADE MÍNIMA RECOMENDADA: 5 ANOS. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.				
23		MESA REFEIÇÃO INFANTIL PLÁSTICO: CONJUNTO COM 1 TAMPO, ASSENTOS E 1 BASE DE PLÁSTICOS MONTÁVEL COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 81 CM X 86 L X 46,5. DEVERÁ SER COLORIDA, QUE SUPORTE ATÉ 45KG. PARA FINS DE APROXIMAÇÃO SERÃO CONSIDERADOS OS PERCENTUAIS DE 10% A MAIOR E 10% A MENOR.	UNIDADE	6		

Local de Entrega:	
Prazo de Validade Proposta:	
Prazo para o fornecimento:	
Banco:	Agência: C/C:
Boa Vista-RR, / / 2026	Ass. e Carimbo do Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301.

Palácio 9 de julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MIGUEL FAUSTINO DE CARVALHO NETTO EM 17/06/2026 14:14:28
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RILEUDA DE SENA REBOUCAS EM 17/06/2026 13:03:37

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 3466A561B

